

O TEMPO — Pressão Atmosférica Média 1012,7 milibares. Temperatura média do dia: 19,5o. com máxima insolação de 26,1o. e mínima a noite de 19,2o. (No Planalto mínima média 04,1o.). Estado médio do céu: Cumulus, Stratus, nevoeiros noturnos, de claro a meio encoberto. Estado do Tempo: No Planalto, instabilidades passageiras passando a estável. No litoral, bom (Hoje Japeto oculta a estrela 80046, às 18,30 horas) Previsão: A.Seixas Netto.

O ESTADO

Florianópolis — Quarta-feira 16 de junho de 1976 — Ano. 62 — No. 18.407 — Edição de hoje 16 páginas — Cr\$ 2,00

Brasília — O presidente do conselho nacional do petróleo, General Ozil Almeida Costa, confirmou para o próximo dia 22 a decisão sobre o percentual e a data de vigência de novo aumento nos preços dos combustíveis derivados de petróleo. O presidente do órgão não quis adiantar o índice de majoração.

Acrescentou que na reunião de ontem, o plenário do CNP não discutiu o aumento. Os conselheiros tiveram apenas conhecimento de um documento sobre o assunto, preferindo transferir para a próxima reunião plenária as discussões e a decisão sobre ele.

Governo quer fortalecer empresa privada nacional

Ação para a empresa privada nacional, o governo e a economia de mercado. Este é o título de um documento elaborado pelo CDE, aprovado pelo Presidente Geisel e ontem divulgado, no qual é definido o papel do Estado na economia brasileira. Seu objetivo primordial é o fortalecimento da empresa privada nacional, "de modo a se evitar o crescimento da empresa estrangeira em setores considerados fundamentais". Como medida concreta para garantir a não existência no País de uma

tendência à estatização foi anunciada a criação do Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional, com recursos iniciais de Cr\$ 2 bilhões no corrente ano. O documento afirma que a restituição de empresas estatais ao setor privado nacional — excluindo a Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, Usiminas e Vale do Rio Doce — entre outras — deve ser feita, nos casos específicos indicados, para caracterizar uma orientação política (Págs. 5 e 6).

Torres Marques define a política de segurança

Página 3.

Udesc inscreve até sábado para o seu vestibular

Página 16.

Gêneros alimentícios alcançam preços sem precedentes

Após a decretação dos novos níveis do salário-mínimo os preços dos gêneros de primeira necessidade nos armazéns e supermercados de Florianópolis cresceram sensivelmente.

Carne, açúcar, feijão e café estão entre os produtos que mais subiram (Pag. 16).



O consumidor florianopolitano, em sua maioria, limita-se hoje a comprar o essencialmente necessário, abandonando os supérfluos.

Garantidas verbas para conter as cheias do Rio Tubarão

O Departamento Nacional de Obras de Saneamento aplicará este ano mais de Cr\$ 3 milhões nas obras de contenção das cheias do Rio Tubarão. A informação foi prestada pelo diretor-geral do órgão, acrescentando que dentro de dois anos todo o Vale do Itajaí estará protegido das enchentes (Página 10).

Líderes nacionais do MDB começam a chegar hoje a Florianópolis

O Senador Franco Montoro e os deputados Trancredo Neves e Alceu Collares desembarcam hoje à tarde no Aeroporto Hercílio Luz.

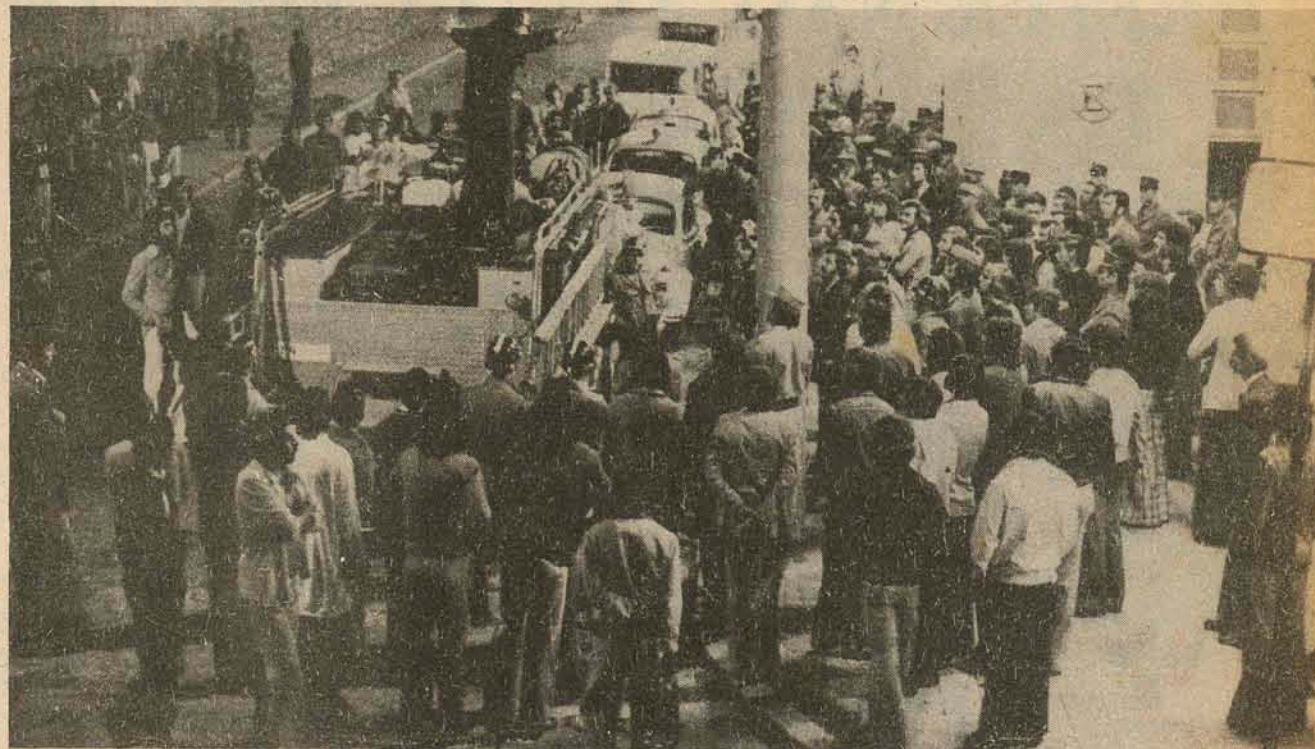
São os primeiros a chegar para o simpósio sobre o homem e a liberdade, que o MDB realiza 5a. e 6a. feiras (Página 3).

Sérgio Lopes em campo amanhã contra o Palmitos

A oitava rodada do retorno começa hoje com três jogos, e destaque apenas para Joinville x Carlos Renaux. Avai acertou com o Palmeiras para jogar amanhã à tarde no Orlando Scarpelli. O Figueira está em Palmitos, com Sérgio Lopes de volta ao time (Página 8)



Haroldo Corrêa de Mattos fez um histórico das atividades desenvolvidas pela Embratel no Estado, através seu Distrito de Blumenau.



O juiz Lauro Oliveira fez um apelo e uma advertência aos motoristas revoltados que clamavam justiça. O juiz falou de cima para todos.

Embratel instala distrito e central

A Embratel sedia desde ontem seu Distrito de Santa Catarina em Florianópolis. A transferência deu-se em solenidade que também marcou a instalação na nova central de trânsito da empresa, com capacidade de 3.600 troncos. Os presidentes da Telebrás e da Embratel vieram a Florianópolis presidir a cerimônia (Páginas 3).

Motoristas queriam ver os assassinos

Dezenas de motoristas de táxi se concentraram defronte a Delegacia de Furtos na tentativa de ver os assassinos Adilson de Oliveira e Benício Poluceno Filho, que confessaram a autoria do latrocínio contra o colega José Carlos Martins. Eles mataram "porque queriam dinheiro" e o juiz Lauro Oliveira pediu que nada fizessem (Pág. 11)

EUA

A MISSÃO DESTE GRUPO: ZELAR PELOS DIREITOS HUMANOS NA A. LATINA

Washington — Uma coalizão de forças civis criou ontem um grupo que tentará influenciar a política norte-americana na América Latina em favor dos países que respeitam os direitos humanos. O diretor do novo Conselho sobre Assuntos Hemisféricos, Laurence Birns, disse que é a primeira vez que "forças de centro-esquerda" do país se unem em defesa dos direitos na América Latina.

—Se acreditamos que os governos democráticos da região devem receber um tratamento favorável, então não temos que anunciar uma relação especial com o Brasil nem com o México, Venezuela e as Antilhas Britânicas. Se vamos colocar um novo interesse nos direitos humanos não devemos dar assistência externa ao Chile, Uruguai, Bolívia ou Argentina — declarou Birns.

O Conselho é apoiado por legisladores, ex-diplomatas, católicos, religiosos, líderes sindicais e outros grupos cívicos. O porta-voz da Federação Camponesa Robert Lewis disse que o grupo "tem um substancial interesse na transformação social da América Latina". Seu colega do Sindicato de Empregados de Empresas de Automóvel, Esteban Torres, disse que "as ditaduras da América Latina devem ser notificadas de que protestaremos perante o Congresso para modificar uma política que está ancorada no desejo de manter a região como uma esfera de influência".

Continuando, o deputado Donald Fraser

disse que o Conselho "servirá para criar um estado de opinião mais claro sobre os assuntos latino-americanos em nossa política. Enquanto o secretário de Estado Henry Kissinger dizia em Santiago que a questão dos direitos humanos ali havia obscurecido nossas relações com o Chile, as cifras indicam que este país recebeu um tratamento preferencial, pois é o quarto captador per capita de nossa assistência econômica".

Uma das primeiras atividades do Conselho será a criação de juntas investigadoras. Uma delas estudará a possibilidade de abolir as disposições que dão estímulos às inversões no exterior com o objetivo de que se aplique apenas aqueles países que comprovadamente respeitam os direitos fundamentais da pessoa humana. Um segundo grupo investigará as formas em que se poderá oferecer assistência econômica à população da América Latina sem que seus recursos caiam em mãos de governos ditatoriais.

Por fim, disse Birns que espera contar, no prazo de um ano, com a adesão de 100 organizações nacionais, "com o objetivo de ampliar a base da estrutura que decide a política do país na América Latina, incluindo homens de negócios e a burocracia de Washington". "Confiamos que, com a fundação do Conselho, este país tenha pela primeira vez uma ampla base constituída por indivíduos genuinamente interessados nos acontecimentos da América Latina contemporânea".

ITÁLIA

Berlinguer diz que o PCI apóia a OTAN

Em entrevista ao Corriere della Sera, Berlinguer definiu a política de seu partido



Roma — Em entrevista ao jornal Corriere della Sera, o secretário-geral do Partido Comunista Italiano Enrico Berlinguer afirmou que se sente mais seguro com a Itália integrando a Organização do Tratado do Atlântico Norte — OTAN — que o Pacto de Varsóvia. Reiterou a independência de seu partido de Moscou, dizendo que o fato de pertencer à organização é uma garantia de que não ocorrerá com a Itália o que aconteceu com a Checoslováquia, invadida pelos soviéticos. "Sinto-me mais seguro neste lado, embora também veja que aqui há sérias tentativas de limitar a nossa autonomia", continuou, referindo-se à pressão norte-americana para que os italianos votem contra o PC.

Berlinguer destacou que o programa de seu partido visa a uma planificação econômica do governo, ao invés de nacionalizar as indústrias privadas. Frisou também que, uma vez no poder, o PCI deixaria o governo se assim o quisesse o eleitorado, e manifestou seu respeito à religião:

"O pensamento cristão é útil para a sociedade. Os cristãos vêem aspectos da vida e das relações humanas que talvez o marxismo não perceba totalmente".

Mencionando mais uma vez a "autonomia total" de seu partido, afirmou: "Parece-nos que na União Soviética alguns se apegam à idéia de que o marxismo é um sistema

fechado de princípios cuja formulação literal deve dar uma resposta a tudo". Entretanto, não reconheceu o programa de seu partido como "socialista democrático alinhado com os social-democratas do norte da Europa".

Na sua opinião, as sociedades social-democratas "não caminham para a superação do capitalismo, pois não podem desfazer-se dos grandes monopólios e sofrer todos os aspectos negativos do capitalismo, como a alienação".

Admitiu também que a alienação se faz presente na URSS, "mas os operários nas sociedades socialistas não se consideram explorados, embora percebam não ter conquistado ainda participação plena em suas tarefas".

Por último, interrogado sobre se o socialismo poderá atingir suas metas de "forma mais satisfatória no oeste que no leste", Berlinguer disse que "inegavelmente o sistema ocidental tem menos amarras, mas deve-se considerar que apesar de no leste talvez pretenderem que edifiquemos o socialismo conforme a vontade deles, no ocidente há alguns que não desejam nem mesmo que iniciemos tal empreendimento". Finalizando, reconheceu "que de nosso lado existe certo fator desconhecido, a perseguição de um caminho que não agrada nem ao leste nem ao outro lado".

PDC apela para a tauromaquia

Roma — Cada vez mais convencida de que será a grande derrota nas eleições da próxima semana, a democracia-cristã, que está há três décadas no poder, recorreu à tauromaquia em sua campanha eleitoral. Um cartaz de propaganda mostra um toureiro com uma muleta exibindo-se em passe natural com um corpulento touro. A legenda do cartaz diz: "Hoje o vermelho é a cor da moda. Pena que lembre muito uma muleta, que esconde a espada. No dia 20 de junho, não dê importância ao vermelho. Vote na democracia-cristã".

ARGENTINA

Deputados dos EUA vão investigar denúncias

Washington — O deputado democrata norte-americano Donald Fraser disse que um subcomitê para assuntos internacionais da Câmara dos Deputados realizará amanhã uma audiência pública sobre a situação dos refugiados políticos na Argentina. A investigação é o segundo obstáculo à missão do ministro da Economia argentino José Martínez de Hoz, que inicia hoje uma série de gestões destinadas a mobilizar o auxílio financeiro necessário para a execução de seu plano econômico. A primeira foi a constituição, ontem de um grupo que pressionará o governo a associar a ajuda externa à observância dos direitos humanos.

É a primeira vez que o Congresso norte-americano se ocupa da questão dos refugiados políticos na Argentina, que nas últimas semanas foram atingidos por uma onda de violência que inclui assassinatos, sequestros e torturas. Fra-

ser afirmou que "é profundamente alarmante que o governo argentino não seja capaz ou não tenha a disposição de prevenir essa violência e prender os culpados".

O legislador disse que o ex-senador uruguaio Wilson Ferreira Aldunate, que até há pouco tempo residiu em Buenos Aires, será a primeira testemunha na investigação, e que espera se encontrar com Martínez de Hoz para "transmitir-lhe a nossa preocupação" por esta situação. Revelou que, "como exemplo de nossa atividade neste assunto, pedimos os serviços do doutor Sanford Katz, eminente advogado de Nova Iorque que se dedica à causa dos direitos civis, para que se dirija hoje mesmo a Buenos Aires a fim de definir o que aconteceu com o cinegrafista argentino Raimundi Glazer, sequestrado de seu apartamento há várias semanas sem que se saiba nada de seu destino".

Guerrilha mata coronel reformado

Buenos Aires — O coronel reformado Juan Carlos Mendieta, chefe de inteligência da Casa Rosada em 1970, foi assassinado ontem por supostos guerrilheiros esquerdistas. Também foi encontrado o cadáver de uma jovem apresentando ferimentos à bala, na zona sudoeste da capital. O coronel viajava em seu automóvel, pela manhã, quando foi interceptado por um grupo de civis armados que viajava numa camioneta, nas proximidades do Parque Centenário, no

setor central de Buenos Aires. Testemunhas informaram que ele foi tirado à força de seu carro e depois baleado. Nenhum grupo guerrilheiro tomou a responsabilidade. Mendieta passara para a reserva em 1972, após servir como chefe de inteligência da casa do governo na gestão do general Roberto Levingston. Ontem, justamente, os comandantes do Exército se reuniram para uma deliberação sobre a ação anti-subversiva empreendida pelo governo.

Bordaberry exposto a um "juízo público"

Bordaberry: um "Estado novo"



Montevideu — O ex-presidente uruguaio Juan Maria Bordaberry está sendo submetido a um "juízo público", ao serem divulgados dois documentos com seus planos políticos durante o crítico processo que culminou no sábado, com sua derrubada pelas Forças Armadas. Os documentos apresentados por Bordaberry em dezembro e em junho aos militares diziam como deveria, em sua opinião, ser levado a cabo o processo institucional do país em etapas.

"A segunda etapa" começou no sábado, quando Bordaberry foi destituído e substituído pelo vice-presidente Alberto Demichelli, de 80 anos, que ficará no cargo por dois meses. Um "Conselho da Nação", criado imediatamente depois da derrubada de Bordaberry, designará um novo presidente em agosto, possivelmente por três anos.

Enquanto isso, Demichelli, cumpria seu terceiro dia como presidente indo à Casa de Governo para celebrar reuniões de rotina com cinco ministros: o do Interior, o da Educação e Cultura, o das Relações Exteriores, o da Defesa e o da Saúde Pública.

A partir de hoje os três matutinos de Montevideu começam a publicação de dois "memorandos" de Bordaberry aos militares nos quais expunha sua posição. As estações de rádio começaram ontem à noite a difundir os textos. Bordaberry propunha a criação de um "novo Estado" no qual as Forças Armadas desempenhariam o papel principal. Os partidos políticos e as eleições seriam suspensos por tempo indefinido. O centro das propostas de Bordaberry era uma luta sem tréguas contra o marxismo sustentava que até os dois partidos tradicionais, o Nacional ou Blanco e o Colorado, apresentavam perigos de uma "infiltração marxista".

BOLÍVIA

Banzer aumenta salários para apaziguar mineiros

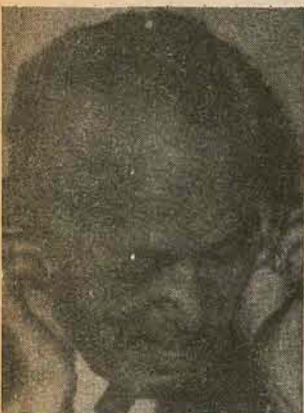
La Paz — O governo do general Hugo Banzer concedeu ontem um aumento geral de salários de 15 a 30 por cento aos mineiros do estanho, em uma tentativa para pôr fim à mais grave crise trabalhista e estudantil desde 1974. Cerca de 50 mil mineiros e quase cinco mil estudantes das três universidades principais do país declararam-se em greve por tempo indeterminado. Enquanto os mineiros reivindicam aumentos salariais, os estudantes mostram-se solidários, unindo-se os dois setores no protesto pela ocupação militar dos distritos mineiros e a prisão em massa de dirigentes da federação sindical de trabalhadores mineiros da Bolívia.

Uma reunião de emergência do gabinete, com a presença de altos chefes militares e diretores da corporação mineira da

Bolívia (Comibil), aprovou o aumento salarial exigido pelos mineiros e lealdade a colocação de tropas nas minas, declarando-as zona militar. Segundo o secretário de Imprensa da presidência, Javier Arce, a Comibol investirá 15 milhões de dólares (cerca de 165 milhões de cruzeiros) mensais no aumento aos 30 mil operários da mineração estatal. Atualmente, os salários consomem quase 60 milhões de dólares (cerca de 660 milhões de cruzeiros) mensais. Os mineiros exigem um aumento salarial superior a cem por cento, mas a decisão governamental destina a cota máxima, 30 por cento, aos que trabalham no interior da mina, enquanto os demais recebem de 15 a 17 por cento.

No setor estudantil, as férias de inverno foram antecipadas no curso médio, depois das manifestações que provocaram a morte de três estudantes. As universidades de Oruro, Cochabamba e Sucre foram fechadas temporariamente mas os estudantes deflagraram anteontem nova greve por tempo indeterminado nas universidades de San Andrés e Católica, de La Paz, e Tomas Frias, de Potosí, esperando-se ainda a adesão de outros estabelecimentos de ensino superior. O conflito mineiro-estudantil gerou um ambiente de tensão política que culminou na decretação do estado de sítio, há uma semana. Os ministros do trabalho, coronel Mario Vargas, e do Interior, coronel Juan Pereda, reiteraram a acusação de que mineiros e estudantes estão "unidos com fins subversivos, para manter a agitação no país".

DIREITA NÃO ACEITA FORÇAS PAN-ÁRABES NO LÍBANO



Franjeh (cima) e Chamoun encabeçam a oposição

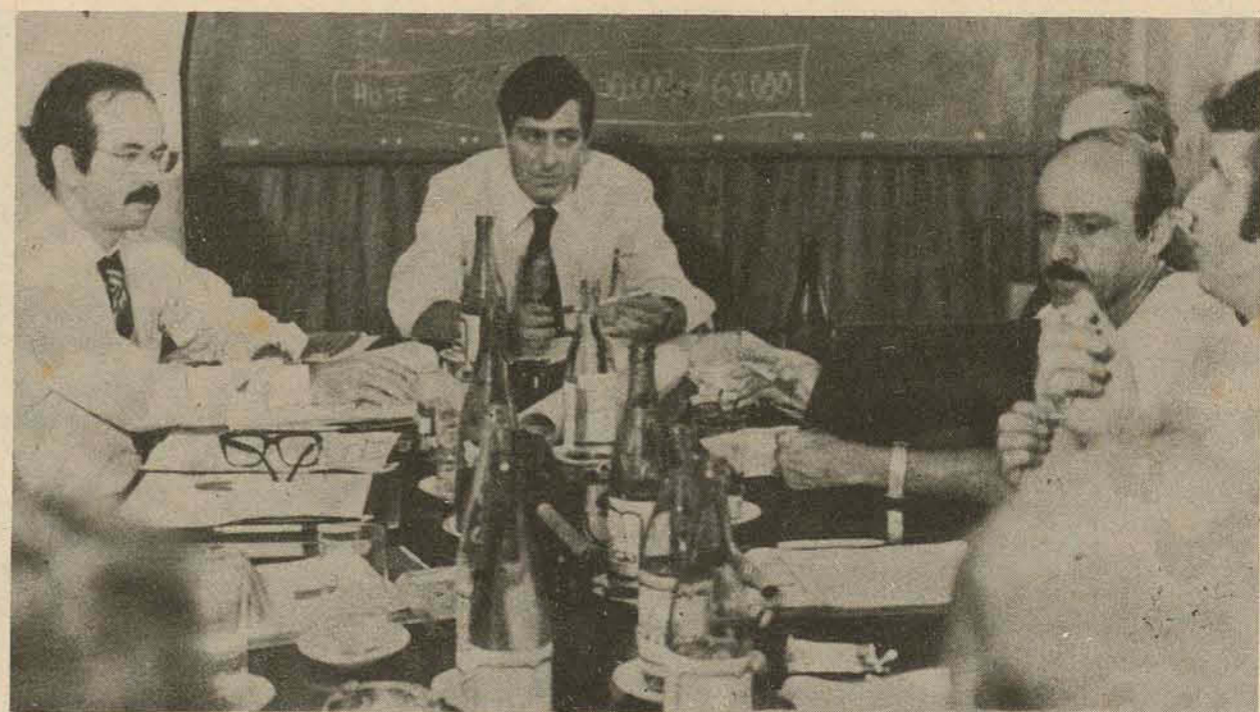


Beirute — O secretário Geral da Liga Árabe, Mahmoud Riad, tenta convencer os líderes cristãos libaneses a aceitar forças pan-árabes de paz para pôr fim à guerra civil no país, que se prolonga há 14 meses. O primeiro-ministro libanês Abdul Salam Jalloud, acompanhado pelo comandante do grupo guerrilheiro Al Fatah, Aby Ayad, defendeu também a controvertida proposta durante uma reunião com o presidente eleito Elias Sarkis, nos arredores da "Terra de ninguém", que separa os setores muçulmano e cristão em Beirute.

Contudo, a reação do chefe da milícia cristã e o rígido controle sírio sobre a capital libanesa fortalecem cada vez mais a idéia de que os "boinas verdes", como são conhecidos os soldados da Força de Paz da Liga Árabe, sofrerão neutralização das ações sírias. "Não estamos dispostos a celebrar nenhum acordo sem a aprovação da Síria", declarou o ex-presidente Camille Chamoun, em seguida a uma conferência da Cúpula Direitista.

Chamoun, o presidente demissionário Suleiman Franjeh e o líder da Falange, Pierre Gemayel, encontraram-se depois com Riad na residência de emergência de Franjeh, no enclave cristão ao norte de Beirute. Os três chefes cristãos que controlam as principais milícias direitistas prometeram impedir que as forças árabes se unam à intervenção militar síria.

Enquanto isso, Damasco prometeu também manter no Líbano seu contingente de 12.500 homens e blindados até o final da guerra, apesar da decisão da Liga Árabe de substituir a presença síria pela força pan-árabe. Mahmoud Riad chegou à posição cristã no Líbano procedente de Damasco, onde passou dois dias em gestões aparentemente frustradas para convencer o presidente Hafez Assad a aceitar uma retirada síria do Líbano. Assad e os cristãos libaneses pretendem aparentemente obrigar os guerrilheiros palestinos e seus aliados esquerdistas a negociarem sem qualquer "interferência externa".



APESC REALIZOU 3 ENCONTRO DE GERENTES EM JOINVILLE

A Associação de Poupança e Empréstimo de Santa Catarina — APESC — realizou no último dia 11, o 3o. Encontro de Gerentes do Estado, na cidade de Joinville. Ao encontro estiveram presentes a Administração Geral e Assessores da maior Empresa de poupança e empréstimo de Santa Catarina. O programa executado, consistiu de reunião administrativa dos gerentes de Criciúma, Tubarão, Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Joinville e Lages com os Administradores executivos da APESC, sendo logo depois realizada uma visita às unidades habitacionais financiadas pela Cademeta de Poupança APESC na Microrregião do Norte catarinense. O encerramento das atividades ocorreu com coquetel comemorativo do 1o. aniversário da Agência APESC de Joinville, e contou com a presença das mais expressivas autoridades daquela Microrregião, além de industriais, empresários e personalidades locais. Como fora anteriormente divulgado, o 3o. Encontro de Gerentes APESC, foi precedido pelo encerramento da Semana Escolar da Poupança da Microrregião do Norte catarinense e que foi executado para 50 mil alunos das 1a às 8a. séries, nas redes estadual e municipal da região, num proveitoso trabalho de educação para a poupança.

DALPASQUALE DIZ QUE SIMPÓSIO SERVIRÁ DE ESTÍMULO À CAMPANHA

Afirmando que o simpósio "servirá de estímulo ao partido para a campanha eleitoral" e que o tema é "altamente significativo ao Movimento Democrático Brasileiro, no Estado e no país", o deputado Dejanir Daspasquale confirmou a chegada, nesta Capital, ao final da tarde de hoje do Senador Franco Montoro e dos deputados Tancredo Neves e Alceu Colares, este presidente do Instituto Pedroso Horta, enquanto que o presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, confirmou sua chegada para a próxima sexta-feira para a solenidade de encerramento do simpósio "O Homem e a Liberdade".

O simpósio, segundo informou Dalpasquale, deverá reunir mais de mil pessoas, "políticos, universitários e representantes de outras classes sociais", entre elas 27 representantes de outras classes sociais", entre elas 27 deputados federais, além de delegações do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do

Sul e Paraná. Foram distribuídos, para autoridades do Estado de Santa Catarina, mil convites, além de 2 mil convites para os outros Estados da Federação.

Hoje, logo após sua chegada, o senador Franco Montoro concederá uma entrevista à imprensa, na Assembléia Legislativa, segundo confirmou na tarde de ontem Dejanir Dalpasquale.

GRANDE CONQUISTA
"Foi uma grande conquista para Santa Catarina — acrescentou o deputado — e isso deve refletir politicamente uma vez que os assuntos a serem abordados são de grande interesse comunitário nacional". Na sua opinião os resultados do Simpósio poderão muito auxiliar no comportamento do partido face às eleições, pois, "por exemplo a recordar "Problemas Econômicos", o ser do Roberto Saturnino por aplicar os erros e apresentar soluções que o MDB não tem de importância".

Segundo a programação, do Simpósio Nacional

—, promovido pelo Diretório Nacional do MDB e Instituto Pedroso Horta, a instalação será amanhã às 10 horas na Assembléia Legislativa. Na abertura o deputado federal Tancredo Neves e Senador Franco Montoro proferirão palestra abordando "Problemas Sociais". Para às 15 horas está prevista a conferência do senador Roberto Saturnino sobre IKROBLEMAS Econômicos e às 20 horas o professor Fernando Henrique Cardoso abordará o tema "Liberdade e Desenvolvimento". Para o dia 18, a programação prevê uma conferência sob o tema "Liberdade de imprensa", às 10 horas, a cargo do jornalista Carlos Chagas. Às 15 horas, conferência do senador Paulo Brossard, sobre o tema "O Judiciário no Regime Democrático". O encerramento está marcado para as 19h30m, com pronunciamento do líder do MDB na Câmara Federal, deputado Laerte Vieira e do deputado Ulysses Guimarães, Presidente Nacional do partido.



O general José Antonio concedeu ontem entrevista coletiva à imprensa.

Presidente da Telebrás vê problemas apenas com relação às subsidiárias

Em entrevista coletiva à imprensa, ontem às 14 horas na nova sede administrativa da Telesc, em Itacorubi, o presidente da Telebrás, general José Antônio de Alencastro e Silva, revelou que praticamente não existem problemas gerais com a empresa que preside, embora existam alguns de menor importância com relação às subsidiárias. Um deles, segundo o general, é o elevado custo do dinheiro, que às vezes atinge o índice superior a 40% ao ano (juros, taxa cambial, etc.).

"Naturalmente não podemos aumentar as tarifas nesta base — explicou —, pois temos que aperfeiçoar continuamente os serviços sob o risco de não podermos pagar os empréstimos. Mas isso temos conseguido com o aperfeiçoamento das nossas atividades. Por exemplo, a Telesc aumentou seu faturamento em mais de três vezes: passou de um pouco de mais de 6 milhões de cruzeiros para cerca de 21 milhões de cruzeiros".

O general José Antônio de Alencastro explicou que quando foi presidente da Empresa de Telecomunicações do Rio de Janeiro, a sede da empresa era localizada na avenida Rio Branco. As dificuldades eram enormes e típicas de um centro de cidade, por isso a sede foi transferida para o subúrbio de Itajaí, dando a empresa instalações compatíveis com as suas necessidades. Mas afirmou que mesmo com a mudança a empresa não ficou tão boa quanto a nova sede da ad-

ministração da Telesc, em Itacorubi. A nova sede da Telesc — disse — é muito funcional, tem uma arquitetura muito bonita, e as instalações são de excelente qualidade.

O presidente da Telebrás disse que o próximo plano de expansão da empresa é a criação de Centros de Pesquisas e Desenvolvimento, a ser constituído no próximo mês de julho, dentro da política nacional. Esse projeto desenvolverá uma tecnologia própria para maior independência no setor, e criará condições à indústria nacional para fabricar os equipamentos de maior necessidade, inclusive com financiamento da Telebrás.

ESTATIZAÇÃO
Respondendo sobre o problema da estatização e desestatização dos serviços de telecomunicações, o general assegurou que nunca ouviu uma voz se manifestar contra a estatização de serviços públicos, embora tenha ouvido falar contra a estatização da produção. "Pois o Estado, ao intervir no serviço público, visa atender o setor e proporcionar condições à iniciativa privada para produzir".

Continuando, explicou que a Telebrás adotará um satélite doméstico, um projeto especial que foi entregue ao governo em princípio do ano passado,

como uma única solução ampla e econômica para garantir as comunicações na Amazônia.

— Notadamente — depois da abertura da Transamazônica — acentuou — a ocupação e integração da região, somente será possível com um perfeito sistema de comunicações. Assim, o governo analisou e aprovou o resultado dos estudos feitos pela Telebrás, que transferiu a Embratel o sistema de satélites, e entrará em vigor a partir de 1979.

NOVOS CABOS SUBMARINOS

Já no campo internacional o presidente da Telebrás falou que os satélites e os cabos submarinos transoceânicos são cada vez mais necessários — em 1975 o tráfego internacional cresceu 44% — e por isso a Embratel está lançando um cabo submarino que partirá de Fortaleza, estendendo-se até os Estados Unidos, com capacidade de 600 ligações simultâneas.

"O satélite Intelsat é outra maneira de atender a demanda do mercado internacional. E hoje no mundo somos o 4º maior usuário de satélites de comunicações. Além de utilizarmos o satélite para comunicações internacionais, alugamos também uma boa parte para comunicação da Amazônia e outras regiões do país".

A política de segurança nacional, segundo Marques



General José Torres Marques

Abriando o ciclo de conferências programado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra sobre o tema "Como reduzir o nível da estatização no campo da economia brasileira" o comandante do Grupamento do Leste Catarinense, general de brigada Luis José Torres Marques fez ontem a palestra inaugural pronunciando-se sobre a "Política de Segurança Nacional".

— Não é a Nação, como quem alguns, disse ele, sinônimo de Estado. A Nação é conjunto homogêneo e é uma realidade de ordem sociológica. A língua, raça, religião, território, cultura, hábitos, costumes, etc. são fatores que influem na formação nacional. No entanto, a Nação, longe de ser uma formação racial, territorial, geográfica ou histórica é essencialmente um conjunto de tantos elementos quantos os fatores capazes de influir na gênese de um homem.

Em relação a consciência nacional, afirmou que "o sentimento de solidariedade, que une os indivíduos na crença do seu destino comum no amor das mesmas tradições, na recordação das glórias do passado, na vontade comum no presente, traduzem o que se compreende por consciência nacional, uma espécie de vínculo espiritual que constitui o elemento mais forte e indispensável na formação de uma nacionalidade". As necessidades mais relevantes a sobrevivência e a evolução da comunidade caracterizam os interesses nacionais. "Em geral, interesses na consciência da comunidade expressam as aspirações nacionais".

Os elementos básicos que compõem a nacionalidade, enfatizou, "é o homem, a terra, as instituições. O homem é o valor mais alto de uma nação, é o seu elemento primordial, origem da própria sociedade e fator básico de todo o desenvolvimento desta ao longo da sua evolução".

— Mas o homem vive e convive — mais convive do que vive. Para coordenar essa convivência e disciplinar o conjunto variado das atividades humanas, a comunidade nacional se orienta segundo padrões sociais, econômicos e políticos, basicamente resultadas das características étnicas e culturais do homem, da natureza e peculiaridade da terra e das influências alienígenas. Esses padrões da vida nacional, indispensáveis a ordem e o progresso da Nação, compõem as instituições.

Essas instituições constituem o complexo de normas, idéias e crenças, através das quais a vida de uma nação se ordena e organiza. Definindo o Estado como a entidade de natureza política que promove a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais, através da utilização ordenada e efetiva dos meios de toda ordem de que a nação dispõe, o comandante do Grupamento Leste argumentou que "a soberania e o poder supremo de que se investe a autoridade do Estado. A soberania é o poder de autodeterminar-se e de autogovernar-se, sem interferência de nenhum outro poder. Ela comporta dois aspectos: um interno, que se manifesta através da organização e direção da sociedade nacional, segundo critério próprio,

outro externo, que é a manifestação independente do Estado perante outros estados".

PODERE
— É uma condição de ordem, e a liberdade não é possível sem a sua existência. É, por conseguinte, um fenômeno social por excelência, pois não pode manifestar-se sem as relações sociais. Sem poder atuante, uma sociedade se transforma em corpo inerte, incapaz de satisfazer à sua própria razão de ser, que é a ação contínua.

— O poder é uma força a serviço de uma idéia, é uma força originada da vontade social, destinada a conduzir o grupo na procura do bem-comum e capaz, se necessário, de impor a comunidade a atitude conveniente em dado momento, e atenta a uma dada conjuntura.

O poder nacional, dividido em quatro expressões ou componentes (política, econômica, psicossocial e militar) foi resumido por ele como sendo "a expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe efetivamente a nação, numa época considerada, para promover, sob a direção

do Estado, no âmbito interno e externo, a consecução e manutenção dos objetivos nacionais".

POLÍTICA
A política nacional é a arte de estabelecer os objetivos nacionais, mediante a interpretação dos interesses e aspirações nacionais e de orientar a conquista ou preservação daqueles objetivos, explicou ele após fazer uma indagação: Será a política uma ciência? Uma arte?

— A política nacional foi dividida em duas: a de desenvolvimento e a de segurança nacional. A primeira é o conjunto de normas, diretrizes, planos e programas que se traduzem em ação, capaz de promover a evolução nacional. A segunda integrada na política nacional é o conjunto de normas, diretrizes, planos e programas que visem garantir a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais.

Segurança e desenvolvimento estão ligados por uma relação de mútua casualidade, como afirmava um dos maiores vultos da nacionalidade brasileira, o inesquecível presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

Na área da política de desenvolvimento, como na de segurança, existem elementos que podem criar obstáculos a execução das mesmas, sejam eles de ordem material ou espiritual, sejam de ordem interna ou externa. Esses elementos são denominados fatores adversos, considerados como antagonismos ou pressões, sendo pressões dominantes aqueles que, por sua importância e natureza, constituem ameaças ponderáveis aos objetivos nacionais.

As bases para uma ação comunitária na Gran-Fpolis

Comunicações melhoram com nova central

Na reunião de ontem o Conselho Metropolitano da Grande Florianópolis ouviu do Conselho de Desenvolvimento Social do Estado — secretário Antônio Alves Filho —, da Prefeitura Municipal — Prefeito Esperidião Amin Helou Filho — e da Universidade Federal de Santa Catarina — professora Doroti Tereszinha Cataneo Lasso — os respectivos programas e atividades relacionados com a comunidade. De concreto, ao final do encontro, ficou estabelecida aprovação da proposta do prefeito sobre a I Jornada Micro-Regional de Ação Comunitária. Seria um trabalho em que o Conselho Metropolitano ouviria cada um dos 21 municípios da Grande Florianópolis sobre reivindicações e problemas e trataria de reunir e integrar essas preocupações em torno de sugestões concretas de solução. Igualmente ficou claro que o Conselho Metropolitano irá "lutar pela criação da Comissão do Plano Diretor". Que seria um órgão consultor e fiscalizador. A partir de sua criação, nenhuma modificação — por mínima que seja — no Plano Diretor poderá ser feita sem prévia consulta a essa Comissão. Depois dessa consulta a Câmara de Vereadores poderá decidir se aceita ou não o parecer da Comissão.

Com o prefeito foram ainda tratados assuntos relativos à nova rodoviária e ao aterro da beira-mar do Estreito, com solicitação para que seja acelerada o mais possível a implantação das duas melhorias.

A representante da Universidade Federal de Santa Catarina fez uma exposição dos passos que a entidade vem dando no sentido de integrar seus alunos à comunidade e obter da comunidade o contato correspondente. O secretário de imprensa e do Conselho de Desenvolvimento Social, em nome do governo do Estado falou sobre as captações de recursos na área federal para a ação comunitária em Santa Catarina.

Entre as novidades, Antônio Alves Filho anunciou que já foram feitos os convênios para construção de três Centros Sociais Urbanos em Santa Catarina. Isto quer dizer que já há dinheiro para que Saco dos Limões, em Florianópolis, Garcia, em Blumenau e Itaum em Joinville tenham os primeiros centros deste tipo de estado, que são igualmente os primeiros passos a serem dados na área da ação comunitária.

Estas informações sobre o encontro do Conselho Metropolitano foram fornecidas pelo seu presidente, Marcos Wandresen, e assessores da entidade, advogado Antônio Moura e professor Nereu do Vale Pereira. Eles acentuaram o papel do Conselho Metropolitano, "uma entidade sem fins lucrativos", lembrando inclusive que ele "nasceu em 1971 quando o Escritório de Planejamento, dirigido pelo arquiteto I. Jilpe Gama D'Eça, concluiu o Plano Diretor da Cidade". Como já constava anteriormente, o Conselho atualmente tem sua atividade revalorizada com a aprovação do Plano Diretor, já que sempre afirmou que "nenhum plano diretor pode ser racionalmente elaborado, modificado ou aplicado sem a efetiva participação da comunidade".

A nova Central de Trânsito da Embratel, com capacidade para operar com 1.200 troncos e expansão imediata para 2.400 troncos e em condições físicas para operar com até 8 mil troncos, foi inaugurada ontem, em Florianópolis, em ato que contou com a presença de inúmeras autoridades estaduais, inclusive o Governador do Estado, e do presidente da Telebrás, José Antônio de Alencastro Silva.

Na mesma oportunidade, a sede do Distrito foi transferida de Blumenau para Florianópolis mas, segundo o presidente da Embratel, Haroldo Correia de Mattos, "Blumenau e Joinville receberam benefícios adicionais, para atender à demanda de uso das telecomunicações nessas cidades tão importantes".

Konder Reis cortou a fita simbólica da inauguração do novo sede do distrito de operações, mas não se pronunciou a respeito. Depois da bênção católica, efetuada pelo arcebispo metropolitano, Dom Afonso Nihues, as autoridades iniciaram uma prolongada visita aos sete andares da central de trânsito. Logo após, o ex-superintendente Sívio Leal de Meirelles (substituído por Pedro Roberto Guimarães) fez uma rápida exposição das instalações, dirigindo-se todos para o salão do segundo andar, onde foram recepcionados.

Haroldo Correia de Mattos lembrou então os tempos passados em Blumenau, a hospitalidade do povo e a história da implantação da empresa em Santa Catarina, desde sua chegada a Florianópolis em 1969, quando então operava com cerca de 300 canais. Hoje, a estação opera com 540 canais individuais e 1.500 troncos.

Ao Governador, Mattos ofereceu um troféu de bronze e ao prefeito Esperidião Amin Helou Filho uma medalha, "como homenagem da Embratel a esses homens pioneiros". Em seguida o prefeito agradeceu à empresa pela implantação em Florianópolis da sede distrital.

Lazinho desconhece pressão do Executivo sobre opositoristas

Blumenau (Sucursal) — O senador Evelásio Vieira afirmou ontem que desconhece "qualquer pressão do Governo Estadual em relação a companheiros emedebistas, salientando, entretanto, admitir "a existência deste tipo de coação", ainda que não tenha conhecimento de nenhum fato concreto.

O senador catarinense comentou também a participação do Presidente Geisel na campanha eleitoral deste ano, argumentando que "ao invés do Presidente lançar apelos pela vitória, poderia tomar medidas objetivas para melhorar a votação dos candidatos da Arena." Essas medidas, segundo Evelásio Vieira, consistiriam, basicamente, "em devolver ao país a plenitude democrática, através do projeto de lei 477, da melhoria do setor de saúde e educação, e de uma ampla liberdade de imprensa".

Quanto ao Projeto Falcão, entende o senador que o mesmo irá criar "uma situação injusta e paradoxal no quadro político brasileiro". Ele explica: "O fato do governo dispor dos meios de comunicação a qualquer momento, para dirigir-se ao povo e pedir votos, representa uma flagrante desvantagem ao MDB, que está impedido de lançar mão deste expediente. Para compensar este fator negativo, intensificaremos a campanha de esclarecimento, percorrendo os municípios brasileiros, para que o povo conheça a verdadeira realidade nacional".

ENSINO PAGO
Embora muitas lideranças políticas emedebistas tenham demonstrado o seu descontentamento com a tese (qualificada como "anti-popular e anti-emedebista"), Evelásio Vieira defende com firme convicção a implantação do ensino pago em todas as Universidades oficiais do país, porque, segundo ele, "o Brasil não tem recursos financeiros para atender as necessidades de educação e instrução de seu povo".

— Cobrar o ensino nas entidades oficiais — explica — é justificável, porque o estudante carente de recursos terá à sua disposição o sistema de crédito educacional e porque a situação atual é altamente discriminatória, onde 600 mil universitários pagam os seus estudos mediante grandes esforços e privações, inclusive de ordem alimentar, ao passo que outros 400 mil, justamente aqueles que têm maior poder aquisitivo têm o ensino gratuito.

— Se o ensino nos estabelecimentos oficiais fosse pago — argumenta — o MEC teria à disposição mais de 60 por cento do seu orçamento para aplicar no ensino fundamental, auxiliando, assim, os Estados e Municípios, que, a cada dois meses, recebem recursos do setor. Isto resulta na queda quantitativa e qualitativa do nosso ensino. Defendo, inclusive, a extensão do programa de crédito educacional para o segundo grau.

— Com a adoção dessa política — pondera o senador — teríamos recursos suficientes para atender a crescente demanda brasileira. Daria para construir escolas, remunerar adequadamente os professores, ampliar as bibliotecas e equipar as escolas técnicas de nível médio, além de disponibilizar financeira para aplicar na ciência e pesquisa e busca da tão desejada e necessária tecnologia, único meio para reduzir a nossa dependência com relação aos países mais desenvolvidos. Além disso, a rede particular de ensino iria se expandir e salas ociosas, especialmente de colégios de entidades religiosas, seriam aproveitadas".

COMPANHIA CACIQUE DE CAFÉ SOLÚVEL

(Sociedade de Capital Aberto)

AVISO AOS ACIONISTAS

AUMENTO DE CAPITAL — A Diretoria da "Companhia Cacique de Café Solúvel", tem a satisfação de comunicar que, em assembleia geral extraordinária realizada em 10.05.1976, foi deliberado o aumento de seu capital social de Cr\$ 70.000.000,00 para Cr\$ 87.500.000,00 mediante aproveitamento parcial de reservas livres e consequente distribuição gratuita de ações aos acionistas.

BONIFICAÇÃO — Face à publicação da respectiva ata em 28.05.1976 no "Diário Oficial do Estado do Paraná", será iniciada no próximo dia 1.º (primeiro) de julho a distribuição da bonificação, na proporção de uma ação nova para cada grupo de quatro atualmente possuídas (25% do capital até então vigente).

Ações Nominativas — Os acionistas titulares de ações nominativas receberão os títulos representativos de ações bonificadas no ato de habilitação para recebimento.

Ações "ao portador" — Os possuidores de ações "ao portador" apresentarão os respectivos títulos para serem chancelados com carimbo declaratório do exercício do direito, os quais serão devolvidos no mesmo ato. Simultaneamente, serão entregues os correspondentes PROTOCOLOS que os habilitará a retirar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, os títulos representativos de bonificação. Será emitido um único título múltiplo representativo da bonificação para cada classe de ações (ordinárias e preferenciais).

DIVIDENDOS E DEMAIS DIREITOS — As ações provenientes da bonificação (filhotes) terão todos os direitos (inclusive dividendos) a partir de 1.º de janeiro de 1976.

ATENDIMENTO — Os acionistas ou seus representantes legais serão atendidos pelo Departamento de Ações, no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, nos seguintes locais:

LONDRINA — Na sede social, à Rodovia Mello Peixoto — BR-369 (Estrada de Londrina à Cambé, Km. 5).

SÃO PAULO — Nos escritórios da Empresa, à Avenida Paulista, 2073 - Edifício Horsa II (Conjunto Nacional) 23.º andar.

LONDRINA, 04 de junho de 1976

A DIRETORIA

Viagens ao exterior Esclarecimento

A Brusa comunica que os participantes de seus programas estão isentos da taxa de depósito de Cr\$ 12.000,00 decretada pelo Governo Federal.

O artigo 1º do Decreto-Lei 1470 de 4 de junho de 1976, que regulamenta as viagens ao exterior, não se aplica aos participantes dos programas Youth For Understanding e outros, representados por Brusa - Representações, Empreendimentos e Serviços, que continua atendendo aos interessados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

BRUSA

Representações, Empreendimentos e Serviços

Florianópolis - Rua Felipe Schmidt nº 27 - 10º e 11º andares
Fones: 22-3120 e 22-3866
Porto Alegre - Av. Independência nº 172 - Galeria Monza - Sala 1203
Curitiba - Rua Emanoel Pereira nº 196 - Galeria do Cine Condor - Loja 9

O ESTADO

Diretor: José Matusalém Comelli

Editor Chefe: Sérgio da Costa Ramos

Diretor Comercial: Osmar Antônio Schlindwein

Editores: Luiz Henrique Tancredi/Sérgio Lopes

Cartas

PREÇOS

Senhor Diretor: Há muito tempo, venho me aborrecendo com certos abusos de algumas lojas em Florianópolis, sobre o problema de diferenças exorbitantes de preços que existem aqui de uma loja para outra. As vezes a gente reclama diretamente com o proprietário, pois os balconistas não têm culpa, mas a resposta é sempre a mesma: se quiser leva, se não deixe af.

Acho isso um verdadeiro ato de desrespeito, um assalto ao bolso do consumidor, principalmente quando esta diferença é às vezes mais que o dobro, como aconteceu comigo duas vezes esta semana: a primeira, fui comprar um novelo de linha Ancoira Pérola na loja Morgana da rua Jerônimo Coelho e tive-ram a coragem de me pedir Cr\$ 8,50 pelo mesmo, que eu havia comprado recentemente em outras lojas por Cr\$ 3,50. Saí dali e comprei, logo abaixo, na mesma rua, à mesma mercadoria por Cr\$ 3,90.

Depois fui comprar um zíper de nylon destacável, daqueles que se coloca em jaquetas. Primeiro fui na casa Coelho da rua Deodoro, o mesmo de 60 cm que custava Cr\$ 20,00, como não havia a cor que eu desejava, fui à loja 3B da rua Trajano e qual não foi o meu espanto quando me pediram pelo mesmo zíper, da mesma marca, e mesma fábrica, o preço de Cr\$ 57,00 e ainda de 55 cm.

Por aí o senhor veja se não justifica a minha revolta. Como não sei onde e nem a quem levar esta reclamação, fica aqui o meu apelo aos órgãos de competência, para que tomem alguma providência nesse sentido. Marleine Conceição Fonseca — Florianópolis — Centro.

POSSE

Senhor Diretor: pelo presente, comunicamos que em Assembleia Geral Ordinária, realizada na cidade de Orleans no dia de 04 de junho, foi eleita e empossada a nova diretoria que regerá os destinos da Associação de Municípios da Região de Laguna — Amurel, no período de 1976/77, ficando assim constituída: Presidente, Henio Bartolomeu da Costa Bez, prefeito de Gravatá; 1.º vice-presidente, José João Silvano, prefeito de Jaguaruna; 2.º vice-presidente, Lady Fornazza, prefeito de Braço do Norte.

Sendo o que se nos apresenta pelo momento, subscrevemo-nos ao inteiro dispor de Vossa Senhoria, com protestos de estima e consideração. Atenciosamente, Henio Bartolomeu da Costa Bez, Presidente e Gilson Nei Damiani, Secretário Administrativo da Amurel.

OBS: as cartas enviadas à redação deverão conter o nome completo do remetente, assinatura e endereço legível. Elas só serão publicadas se chegarem com estes dados.

Expediente

Empresa Editora
O ESTADO Ltda.

Administração, redação e oficinas: rua Felipe Schmidt, 116 - CP 139, CEP 88.000, endereço telegráfico ESTADO, telefones 22-4139 e 22-1403 (redação), 22-6792 (publicidade) e 22-5403 (administração), telex 0482177 - Florianópolis.

Sucursais: Blumenau, Joinville, Itajaí, Rio do Sul, Lages, Joaçaba, Chapecó, Criciúma e Tubarão. Representantes: Rio de Janeiro e São Paulo - A.S.Lara Ltda., Porto Alegre - Propal Propaganda Representações Ltda., Curitiba, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza - Pereira de Souza & Cia. Ltda. Noticiário Nacional: AJB - Internacional: AP, Radiofotos AP e Telefotos AJB.

Realização do homem

O equilíbrio entre a segurança e a liberdade é um ideal tão antigo entre os povos, e comumente tão distante, que traduz na sua própria longevidade um complexo de dificuldade intrínsecas e emergentes para os quais não há soluções definitivas e absolutas.

A história de nações democráticas é marcada pela luta incessante em busca de um modus vivendi entre estas duas coordenadas do ordenamento institucional, que não raro aparecem conflitantes, como a sugerir um impasse, ou a impor um desafio.

Na verdade, não se trata de dosar meticulosamente um dos ingredientes em função do outro. Constitui-se equívoco argumentar-se que a liberdade possa ser tanto mais ampla como menor for a segurança, e vice-versa.

O verdadeiro equilíbrio não está em medir quantidades iguais de liberdade e de segurança. São dois valores que embora virtualmente apareçam ligados, na prática desfrutam de condições próprias e independentes, e como tal precisam ser considerados. O equilíbrio ou a estabilidade democrática portanto, reside em um ponto em que tanto a liberdade quanto a segurança atinjam o seu grau de desenvolvimento próprio. Ou seja, o máximo de segurança com o máximo de liberdade.

No Brasil não se esta relizmente longe desse entendimento. Malgrado distorções de enfoque e de estilo e a despeito das dificuldades históricas num e noutro terreno, a batalha que a Nação enfrenta é no sentido de

atingir o ponto máximo de perfeição, mantidas ambas a liberdade e a segurança nos limites ideais de sua realização plena. É natural que um estágio primitivo desse processo, os dois valores guardem entre si certa correspondência. Neste caso, a segurança parecerá limitar a liberdade e esta parecerá afrouxar a segurança.

A evolução indicará no entanto que nada é menos errôneo. Em estágios superiores, o regime democrático levará a contatação peculiar de que, onde a segurança configura mais completa e desenvolvida, a liberdade será mais ampla e radiante.

Não se há de pôr em confronto o que deve em verdade somar-se, no fim último, transcendental, que é a realização do homem.

Reunião do MDB



Crônica de Escanteio

Caros leitores, todo estudante de História sabe que o grande Capistrano de Abreu, versátil descobridor de episódios referentes, sobretudo, ao Brasil Colonial, havia proposto, certa vez, uma Constituição estribada em dois únicos e solitários artigos. O primeiro, sem parágrafo, dizia que "Todo brasileiro deve ter vergonha na cara". O segundo e último artigo, também sem parágrafo, afirmava, lacônica e contundentemente: "Revogam-se as disposições em contrário".

Pois bem, caros leitores, pois bem. Após o ato de contrição de meu amigo Roberto Alves, ao confessar, em seu programa de Segunda-feira, que a penalidade máxima sofrida pelo Luís Antonio foi legítima, eu cheguei à conclusão de que deve ser formulado um código para torcedores, baseado em dois únicos e solitários artigos: 1.º. "Todo torcedor tem o direito de opinar". E, 2.º. "Toda opinião só tem validade a partir de segunda-feira".

Eu explico, caros leitores, eu explico a razão do

código endereçado às platéias esportivas. Quando Luís Antonio caiu, como acrobata de circo de subúrbio, não teve um só componente da bancada da imprensa que tenha gritado: "Pênalti!". Olhei para o Sr. Lauro Soncini e ele me disse: "Não foi nada. Apenas catimba do Luís Antonio". Olhei para o Medaglia e ele me disse: "Não é pênalti nem aqui nem no Japão". Olhei para o Ariel Botaro e ele medisse: "Não foi, mas bem que podia ter sido". Olhei para o Nazareno Coelho e ele me disse: "Acho que foi penalidade máxima. Se não foi, pelo menos uns dois ou quatro toques". Olhei, caros leitores, para todo mundo. Ninguém tinha, sobre a cabeça a auréola de santo. Todos tinham uma tremenda interrogação. Eu mesmo, com a máxima vontade para ver uma penalidade máxima a favor do alvi-negro, não pude ter a certeza do que ocorreu, isto é, se o sarrafo do Ari Prudente derrubou Luís Antonio ou se foi Luís Antonio que se auto lançou nos espaços siderais

por impulsos de ocultas turbinas a jato. Em compensação, quando o Avaf fazia o segundo gol, jurei, pelos santos e orixás, que o gol foi de impedimento. Outros chegaram a jurar, até com maior ênfase, na base do "quero-ver-minha-mãe-morta-atrás-da-porta-se-o-Colonezi-não-estava-não-banheira".

No entanto, na segunda-feira, o Roberto Alves, num ato da mais apreciável e legítima concessão à verdade, nos mostrou, repetidamente, os dois lances. Eu cheguei, e todo mundo, à única conclusão que se poderia chegar, diante das provas idôneas e irrefutáveis. Luís Antonio sofreu uma penalidade máxima das mais claras. E, nenhum gol, seja do Avaf ou do Figueira, teve qualquer irregularidade.

Obviamente, se quase ninguém tinha certeza do que estava vendo, torna-se fora de qualquer atitude racional, culpar o juiz por

haver prejudicado o Figueirense, voluntariamente. O Juíz errou, apenas errou, como qualquer honrado cidadão erra, mesmo aqueles que já têm reserva no céu pelo melhor dos comportamentos.

Mas, agora vem o problema. No turno, um lance prá lá de esquisito contra o Avaf e a favor do Figueira, acabou sendo contra o Figueira e a favor do Avaf. Mas, a verdade, clara, indiscutível, só apareceu na segunda-feira. Ninguém, portanto, exceto alguns poucos, testemunhas oculares, poderia saber da verdade antes do vídeo-tape. Tantes do "tape", somos praticamente cegos, somos tapados. Depois, podemos, no máximo, concluir que fomos tapeados involuntariamente. Moral da história: Se o "tape" nos mostra que somos tapados, mesmo que tenhamos sido tapeados não se justifica tapear o árbitro. Tapa não tapa a lacuna da dúvida, o "tape" tapa.

Paulo Fernando Lago

Informação geral

O germe da estatização

O Brasil é um país essencialmente privatista. Esta é a orientação emanada da nossa carta constitucional, cujo artigo 170 diz que "às empresas privadas compete preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas", e que "apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica". Princípio que, de resto, nos mantém indelevelmente ligados à escola do liberalismo econômico, cujo dogma basilar é o de que o Estado não deve empreender economicamente, salvo em casos de interesses indelegáveis, ou quando e onde a iniciativa privada não se mostrar apta ou interessada.

Não obstante essa vocação que traz do berço, o Estado brasileiro está a intervir. Aparecendo quase sempre como o empresário bem sucedido, dispo de mecanismos de planejamento centralizados, e tendo ao seu dispor grande parcela da poupança nacional, o Estado cada vez mais empreende, tomando a si uma iniciativa que parecia atribuição dos particulares. Não há ainda dados precisos, mas o fenômeno da estatização da economia nacional começa a preocupar os meios empresariais e setores do Governo, atentos aos ideais privatistas, enquanto em outras fileiras do debate se juntam os que procuram justificar a expansão da atividade estatal pela necessidade preçiosa de se contrapor o Estado ao capital estrangeiro. Uma CPI instalada na Câmara dos Deputados para investigar a ação das multinacionais classificou 1069 empresas segundo seu patrimônio líquido, sendo 28,5% desse total representados por empresas nacionais, 22,1% pelas estrangeiras, e 49,5% pelas estatais. Em Minas, o economista Paulo Avelar, da Associação Comercial do Estado, tem uma pesquisa mais contundente: entre as 100 maiores empresas do país, as estatais representam 45% em número, 74% em patrimônio líquido e 43% em faturamento. E o presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, Túlio Matos, assegura que 70% da indústria brasileira pertencem ao Estado.

A burocracia estatal é o maior alvo dos ataques da corrente privatista, que acusa de desvirtuar uma orientação nitidamente a favor da economia de mercado, para uma política que estaria conduzindo o país gradualmente a um sistema de economia fechada, próprio dos regimes totalitários. Mas, considerando a incipiência do capitalismo privado nacional, há os que defendem, e veementemente, a presença estatal na economia para formar a grande empresa nacional, e desta forma assegurar a nossa independência e soberania econômica. Para estes, é significativo invocar o recente exemplo da exploração do potássio no Sergipe, submetida a um rotundo fracasso enquanto confiada a um grupo privado, e dependendo o Brasil, como depende, da importação em larga escala do mineral.

Neste clima de palpitantes debates, em que a própria iniciativa privada é chamada a oferecer sugestões para o encontro de uma fórmula que venha a obstruir o conduto estatizante, a Adesg-SC, a Fiesc e a Fecomércio instalaram ontem o I Ciclo de Conferências de 1976 sobre "como reduzir o nível de estatização no campo da economia brasileira". Ainda que a nível regional, o simpósio não perderá de vista o aspecto global do fenômeno estatizante, para o oferecimento de uma contribuição à análise desapassionada que o tema requer.

A verdade é que o Brasil historicamente é avesso aos extremos. E se de um lado não há de ser arremetido para a estatização desenfreada, também, de outro, há de "promover a livre iniciativa nas mãos do Estado aqueles setores de produção que, pela sua potencialidade, se amanhã foram à mão da iniciativa particular, poderão oferecer distorções contrárias aos interesses nacionais permanentes", conforme expressou há dias o governador Konder Reis, em depoimento sobre o assunto.

A questão reside, basicamente, em encontrar um nível ideal de convivência entre a iniciativa privada e a estatal. E, é claro, deter o vírus estatizante, que se alastra em campo fértil.

Lista morta. Lista posta

Algum faxineiro menos atento varreu do plenário da Assembleia uma lista de "contribuições espontâneas" que o deputado Nelson Pedrini fez correr entre os seus pares, em benefício da Feirmor do Próximo. O deputado, contudo, esgotados os expedientes regimentais para o possível resgate do documento, que seria "descontado" na tesouraria da Casa, ontem mesmo redigiu nova lista e passou de mão em mão. Ao final da ses-

são tinha coletado Cr\$ 2 mil, em contribuições que individualmente variaram de Cr\$ 50,00 e Cr\$ 100,00.

A "vaquinha" vai para a barraca que está sendo organizada pela noiva do prefeito Esperidião Amin Helou Filho.

Fernando Cardoso

O professor e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que está sendo esperado hoje nesta Capital, como um dos conferencistas do simpósio "O Homem e a Liberdade", é um estudioso ligado bem de perto ao meio catarinense, apesar de pouco difundido. Ele já apareceu em trabalhos de co-autoria sobre fundamentos sociológicos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e tem um ensaio sobre "Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional". Foi publicado em 1960 na "Coleção Brasileira".

Entre as suas obras, muitas já vertidas em inglês, francês e espanhol, aparecem "O Modelo Político Brasileiro", "Autoritarismo e Democratização", e "Mudanças Sociais na América Latina". Em matéria de conferências, Fernando Cardoso traz em seu passaporte os vistos das universidades de Berkeley, Berlin, Essex, Michigan, Oxford, Yale, Columbia, New York University, entre outras.

Na relação dos conferencistas do simpósio, ele é o único "leigo", isto é, não filiado ao MDB.

Restabelecimento

O governador Konder Reis, vindo de uma cirurgia nas cordas vocais, e o deputado Epitácio Bittencourt, que foi acometido da gripe "Beija-Flor", conferenciaram ontem por longos minutos no Palácio dos Despachos.

O estado de saúde de ambos foi restabelecido.

Novos partidos

Na opinião do senador Evelásio Vieira, seja qual for o resultado das eleições de novembro o Governo decretará a substituição das atuais agremiações políticas por quatro novos partidos: um de centro meia-direita, um de centro meia-esquerda, um de centro-oposição, e outro de centro-situação.

Nesse esquema, Lazinho não fez ainda a sua opção. Há quem diga que ele fica bem onde cair, já que desde os tempos do Olímpico de Blumenau habitou-se a jogar nas várias posições do ataque, ainda que escalado na meia-esquerda.

Eleições (1)

Indicado candidato da Arena à Prefeitura de Itajaí, o engenheiro Amílcar Gzaniga vai lançar mão do know-how que teve oportunidade de desenvolver em 1968, quando ainda acadêmico foi o mentor da primeira FAINCO nesta Capital. Naquela época, o trabalho de equipe, insinuante porém metódico e planejado, fez com que crescesse qual bola de neve um empreendimento em cujo êxito inicialmente muito se duvidou.

Da FAINCO para a disputa da Prefeitura em Itajaí muda o empreendimento, mas não muda o desafio. Gzaniga, em todo o caso, já está com a equipe de trabalho em campo, pronta para o que der e vier.

Eleições (2)

Durante audiência no Palácio dos Despachos, da qual participou também o secretário Zany Gonzaga, o interventor em Canoinhas Hélio Jukes comunicou ao governador Antonio Carlos Konder Reis a composição de duas chapas da Arena para disputar as eleições em Três Barras. Uma delas tem como candidatos Willy Sudoski e Silvino De Luca, e a outra, Lineu Pacheco e Ademar Schumacher, respectivamente para prefeito e vice.

O informante fez um adendo: as perspectivas são de vitória.

Eletrosul

O contrato para construção da sede da Eletrosul em Florianópolis foi assinado ontem pelo presidente da empresa, Thompson Flores, e pelo vice-presidente da construtora C.R.Almeida, Henrique Almeida S/A.

O edifício-sede será localizado em área adquirida na Trindade, próxima ao campus universitário.

A arte da fotografia

Lourival Bento, um dos expoentes da nova geração de fotógrafos catarinenses, que integra a equipe de O ESTADO e conta já com um elenco de bons trabalhos estampados nos principais órgãos de imprensa do País, volta a expor nesta Capital, depois de duas bem sucedidas coletivas.

Esta vez ele apresenta uma coleção de fotografias que mostram, além do talento nato, o amadurecimento do profissional em constante pesquisa de novas temáticas e técnicas de trabalho. A exposição é na Diretur, a partir de sexta-feira próxima e até o dia 2 de julho.

Estado/iniciativa privada

Governo define o papel do Estado na economia

O CDE definiu o papel do Estado na economia brasileira aprovando um documento cujo objetivo é fortalecer a empresa privada nacional. Como medida concreta, foi criado um programa especial de apoio à empresa privada no valor de Cr\$ 2 bilhões.

Brasília — O papel do Estado na economia brasileira foi definido ontem pelo Presidente Ernesto Geisel através da divulgação de um documento aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (ODE) denominado "Ação para a Empresa Privada Nacional, o Governo e a Economia de Mercado". O objetivo principal "é fortalecer a empresa privada nacional de modo a se evitar o crescimento da presença da empresa estrangeira em setores considerados fundamentais".

Segundo o documento a "forma de efetivar a garantir a não existência, no país, de uma tendência à estatização, contrária a filosofia do governo, é dar força e vitalidade à empresa privada nacional, que, antes de tudo, precisa de capitalização". Como medida concreta foi anunciada a criação do programa especial de apoio à capitalização da empresa privada nacional (Procap) com recursos iniciais de 2 bilhões de cruzeiros (1 bilhão no ano de 1976) através de repasse do BNDE aos Bancos privados de investimentos para subscrição de ações de empresas privadas.

A posição do Governo foi definida com base nas sugestões feitas pelas entidades de classe e se ateve a três aspectos fundamentais: "fortalecimento da empresa privada nacional, com ênfase no problema maior, a capitalização de recursos; como auxiliar o setor privado a ocupar os espaços vazios existentes na economia; e a restituição, a iniciativa particular, de empresas que, eventualmente, não mais devam estar sob o controle do Estado".

Com relação a este último aspecto, assinala o documento presidencial: "devemos compreender que não reside aí a essência do problema. A restituição de empresas ao setor privado deve ser feita, nos casos específicos identificados, para caracterizar uma orientação política. Em nenhum momento, se cogitou, ou poderia cogitar-se, de transferir, por qualquer forma, empresas que, notadamente nas áreas de infra-estrutura (Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, Usiminas e Vale do Rio Doce, entre outras, estejam no campo definidos pelo PND como de responsabilidade específica do setor público".

E assinala ainda que, circunstâncias objetivas o governo deseja transferir tais empresas, de volta, a iniciativa privada, "desde que em condições aceitáveis não características de favorecimento ou paternalismo, e exclusivamente a empresários nacionais".

O documento, na íntegra

Em março último, o Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República solicitou ao empresariado nacional sugestões, concretas e realistas, sobre como incentivar uma maior participação da empresa privada nacional no desenvolvimento do país.

Com isso, está o Governo reafirmando uma linha de atuação que remota ao pronunciamento do excelentíssimo Senhor Presidente da República na primeira reunião ministerial, em 19.03.74. Também se levou em conta, ao serem solicitadas tais proposições concretas, o fato de que vários dos documentos até então apresentados, sobre o tema, tinham ainda um caráter muito geral.

Grande foi a motivação demonstrada pelas classes empresariais, em resposta a essa solicitação.

Notou-se, é verdade, que ao lado da grande maioria do empresariado, empenhada em fortalecer, no entendimento com o Governo a liberdade de iniciativa, no país, algumas correntes radicais procuraram conduzir o assunto a posições extremadas, que não interessam ao setor privado, nem ao desenvolvimento nacional.

A quem indagará o que pensa e o que vai fazer o governo, nesse campo, a resposta é simples: o governo pensa e vai fazer o que está no II PND, aprovado pelo Congresso Nacional.

Nessa matéria, o texto do PND vem aplicar, ao presente quadro do desenvolvimento brasileiro, a orientação estabelecida na constituição federal, e, em particular, nos seus dois pontos mais

importantes para a definição do assunto. São eles, de um lado, o artigo 80, que expressamente dá à região competência para desenvolver, diretamente ou em regime de concessão, as principais áreas de infra-estrutura. E, de outro, o artigo 170, que, nos demais campos — pois para a infra-estrutura houve dispositivo expresso —, diz competir às empresas privadas, "preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas". Nessa conformidade, ao Estado, segundo seu parágrafo 10., permite-se organizar e explorar diretamente atividade produtiva apenas "em caráter suplementar da iniciativa privada".

O II PND, inicialmente, define a consolidação de um modelo econômico-social baseado em:

1) Economia moderna de mercado, com as conquistas a ela incorporadas, nas economias desenvolvidas, nos últimos 40 anos: condução da estratégia de desenvolvimento, ativamente, pelo Governo; preocupação contínua com o crescimento; preservação de grau adequado de competência no sistema.

2) Forte conteúdo social

3) Pragmatismo reformista, nos campos econômicos e social, principalmente com relação à agropecuária.

4) Orientação de nacionalismo positivo, voltada para assegurar a execução da estratégia nacional de desenvolvimento, realizando o equilíbrio entre capital nacional e estrangeiro, e garantindo, na articulação com a economia internacional, a consecução das metas do país".

Trata-se, aqui, de considerar a própria forma da sociedade e o regime econômico, social e político desejado pela revolução.

Ora, o que tem destacado o Brasil, de 1964 para cá, no mundo subdesenvolvido, é a realização do desenvolvimento acelerado através da economia de mercado.

Isso se deveu, principalmente, à convicção da sociedade brasileira, em suas categorias mais expressivas, da conveniência e viabilidade de realizar o desenvolvimento com apoio no setor privado. A experiência deu e continua a dar resultado.

É de grande importância que não se ponha em risco essa conquista, pela tendência a posições extremadas, frequentemente negativas e certamente alheias ao interesse nacional.

Aquele regime moderno de mercado — ou capitalismo social, como se pretenda denominá-lo — caracteriza o esforço por uma sociedade economicamente aberta, com atendimento às circunstâncias da realidade brasileira e ao estágio de desenvolvimento do país.

Sociedade em que, na área propriamente econômica, não se fecha, de plano, nenhuma porta à iniciativa privada — salvo por motivos de ordem segurança — de conveniência e de possibilidade —, de estabelecer uma divisão de trabalho entre governo, com suas empresas, e setor privado.

Daí a posição básica preconizada, de equilíbrio no tripé: Empresa governamental, empresa privada nacional e empresa estrangeira.

Nesse regime, a empresa privada nacional deve desempenhar papel relevante. Deseja-se vê-la atuando com vitalidade e desenvolvimento, capaz de avançar, progressivamente, para setores mais existentes em termos de necessidades de capital, capacidade gerencial, comercialização, tecnologia. A empresa estrangeira, prefere-se tê-la nas áreas mais complexas, em que efetiva contribuição de capital se associe a tecnologia de uso não disseminado.

Tal economia de mercado deve permitir ao país poder de competição, econômica e tecnologicamente, muitas vezes através de grandes empreendimentos, para não sermos condenados a posição de economia de segunda classe. E, ainda, ser fortemente impregnada de orientação social, garantindo a melhoria da distribuição de renda, a defesa do consumidor, o bem-estar para o grande número, de forma progressiva mas inequívoca.

Dentro dessa orientação, o II PND, ao apresentar as opções básicas da estratégia econômica, definiu "uma nítida delimitação das funções e da dimensão do setor público, para evitar o avanço da estatização".

Assim é que, além de "responsável pela estratégia e pelas funções públicas propriamente ditas (segurança, justiça, etc.), o Governo considera como seu campo de atuação direta:

1) Os setores de infraestrutura econômica, normalmente através de empresas governamentais, em energia, transportes e comunicações, operando articuladamente com os Estados e Municípios. Nessas áreas de concessão de serviços públicos, o setor privado atua complementarmente, na forma que for definida.

Todavia, as indústrias produtoras de equipamentos e materiais para tais setores, pertencentes a indústria de transformação, não são áreas de responsabilidade do governo, e sim da iniciativa privada.

2) As áreas de desenvolvimento social, em ação conjugada com a iniciativa privada: educação, saúde, previdência social (a Habitação é caso especial, pois a ação executiva cabe, em geral, ao setor privado)".

Por outro lado, ficou bem definido: "constituem campos de atuação próprios da área privada os setores diretamente produtivos: indústrias de transformação, indústria de construção, agricultura e pecuária, comércio, seguros, sistema financeiro (ressalvada a função pioneira e de estímulo atribuída aos bancos oficiais).

"Nesses setores, não apenas o governo confia seu desenvolvimento à iniciativa privada, como procura provê-la das condições para um desempenho satisfatório, através de incentivos fiscais, financeiros, política de preços e outros estímulos".

Esse quadro de definições se completa com a referência a que o duplo propósito do modelo econômico (viabilizar o desenvolvimento da indústria através do setor privado e assegurar à empresa nacional papel importante na estrutura industrial) é válido mesmo para setores industriais de base".

"Como exemplo, podem citar-se indústrias básicas que vem sendo desenvolvidas pelo capital privado, nacional e estrangeiro, como a indústria de construção naval, a de bens de capital, a petroquímica. Deseja o governo que o mesmo aconteça, em geral, em relação aos diferentes insumos básicos.

"Na indústria, conseqüentemente, a orientação é de deixar com a iniciativa privada a função de investir e de produzir, com rentabilidade adequada. Só haverá projetos sob controle de empresas governamentais se, na prática, a iniciativa privada, claramente, demonstrar que não pode, ou não deseja, realizá-los (por motivos ligados ao volume dos investimentos, à baixa rentabilidade direta dos projetos ou à tecnologia), a exemplo do que aconteceu na siderurgia de produtos planos".

Tal definição é apresentada para evitar incerteza, da parte do setor privado, sobre como veria o governo a sua presença em setores industriais que, embora não sendo de infraestrutura, têm caráter básico e exigem considerável capitalização.

Acreditamos que, em princípio, a divisão de trabalho apresentada é amplamente aceita pelo empresariado nacional, que dela se beneficia.

A verdade é que, assumindo a maior responsabilidade (embora não a exclusividade) pelos setores de infraestrutura econômica, está o setor público, simultaneamente, realizando três coisas:

1) O ônus maior dos setores que demandam investimentos gigantescos (os investimentos de infraestrutura econômica, somente este ano, deverão representar cerca de Cr\$ 90 milhões), com longos prazos de maturação e, em geral, mais baixa rentabilidade direta.

2) Pode-se, a propósito, salientar que, num levantamento, relativo - 1974, de cerca de 1.000 empresas grandes e médias no Brasil, as empresas estatais, em número de 122, representavam apenas 23 por cento do faturamento total isto é, da produção bruta), embora sua participação nos investimentos fosse mais do dobro desse percentual. Isso ressalta o fato de que as empresas privadas

LEIA

E DIVULGUE

O ESTADO

OLGA DA SILVA CORDEIRO

Filhos, noras, genro e netos, consternados ainda com o desaparecimento de sua mãe, sogra e avó, agradecem a todos aqueles, entidades e amigos, que manifestaram sua solidariedade, convidando a todos para a missa de 70. dia, a ser realizada na Capela do Colégio Catarinense, amanhã, dia 16, às 18,15 horas.

PRECISA-SE

Pessoas de ambos os sexos, maiores, com bom nível intelectual, para trabalho de horário móvel com grandes possibilidades de ganho. Araújo Figueiredo, 2, Ed. Jorge Daux, sobreloja 5 — Sr. Paulo, após as 17 horas.

SELEN ADMITE

DATILOGRAFA — Moças com experiência anterior em máquina manual ou elétrica.

Salário: 1.800,00

AUXILIAR DE

ESCRITÓRIO — Moças com ótima aparência, desembaraçada, com experiência em tratar o público.

Salário: 1.200,00

CENTROCOMERCIAL ADERBAL RAMOS DA SIVA

Rua: Felipe Schmidt, 21 - Grupo 601

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIA HIDRO TERMO ELÉTRICAS DE FLORIANÓPOLIS EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital de convocação, faço saber a todos os associados do Sindicato acima mencionado, quites em seus direitos sociais e sindicais, que de acordo com a legislação vigente, este Sindicato fará realizar uma Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 18 do mês de junho corrente, em sua sede social, sita à rua Felipe Schmidt, no 27, 6o. andar, sala 612 (Edifício Dias Velho), nesta Capital, às 19,00 horas em primeira convocação, e, não havendo número legal, ficam convocados para as 20,00 horas em segunda convocação, funcionando com qualquer número presente, a fim de deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

1o.) Leitura, discussão e votação por escrutínio secreto, do Relatório da Diretoria e Balanço Geral, referentes ao exercício de 1975, bem como o Parecer do Conselho Fiscal;

2o.) Leitura, discussão e votação por escrutínio secreto da Suplementação da Proposta Orçamentária do exercício de 1976, bem como o Parecer do Conselho Fiscal;

3o.) Leitura, discussão e votação por escrutínio secreto da Proposta Orçamentária para o exercício de 1977, bem como o Parecer do Conselho Fiscal.

Florianópolis, 14 de junho de 1976.
Nilton F. Cardoso
Presidente

PREFEITURA DE BLUMENAU PERDEU EM 4 MESES

CR\$ 3.556.621,26 DE ICM. FÉLIX THEISS CONTESTA

DECLARAÇÕES FEITAS PELO SECRETÁRIO DA FAZENDA.

As declarações prestadas à imprensa no dia 2 de junho pelo Secretário da Fazenda, Dr. Ivan Bonato, de que o Estado "vem repassando religiosamente os 20% do ICM devido aos municípios", além de incorrerem em equívocos, são contraditórias. Dizia estar transferindo os 20% assegurados pela Constituição, e na mesma entrevista reconhecia que o Estado vem descontando 0,5% do ICM dos municípios, a pretexto de ressarcimento de despesas administrativas na arrecadação e distribuição do ICM — portanto, já não são 20%, e sim 19,5%. Afirmava que os 20% eram religiosamente entregues aos municípios, e paradoxalmente admitia que o Estado vinha concedendo a título de incentivos uma redução do ICM devido pelas empresas, redução que não incidia apenas sobre os 80% da arrecadação Estadual, mas também sobre os 20% do ICM municipal.

EM 4 MESES BLUMENAU PERDEU Cr\$ 3.556.621,26 DE ICM

Se o Estado estivesse repassando o ICM com critério justo, como explicar que somente em 4 meses de 1976 a Prefeitura de Blumenau perdeu Cr\$ 3.556.621,26 do ICM efetivamente arrecadado neste município, como elucida o quadro abaixo:

Mês	ARRECADAÇÃO DO ICM			
	Período: JAN/FEV-76			
	Na Exatoria Estadual — Cr\$	Transferida ao Município — Cr\$	Diferença a Menor Cr\$	%
Janeiro	4.297.173,53	2.680.155,84	1.617.017,69	-37,63
Fevereiro	3.671.185,93	3.048.587,21	622.608,72	-16,96
Março	3.087.320,44	2.566.681,50	520.638,94	-16,86
Abril	3.678.243,91	2.881.888,00	796.355,91	-21,65
Total	14.733.933,81	11.177.312,55	3.556.621,26	-24,14

Fonte: Diários Oficiais nrs. 10.438 — 10.456 — 10.470 e 10.496 e avisos de crédito do ICM do BESC.

E ressalte-se, a bem da verdade, que o município de Blumenau já vem sendo sacrificado em sua arrecadação pelas isenções do ICM sobre mercadorias exportadas, e não é possível conceber que não tenha pelo menos o direito de receber 20% daquela receita efetivamente arrecadada no âmbito municipal, mesmo aplicando a fórmula do valor adicionado, que consiste na diferença entre entradas e saídas de mercadorias no movimento econômico, fórmula que até deveria beneficiar o município em função do grande volume de mercadorias faturadas para o exterior.

ICM TRANSFERIDO A MAIS EM 1974 FOI FRUTO DE RETENÇÕES INDEVIDAS PELO ESTADO

O Secretário da Fazenda Estadual fez referências ao ICM recebido pela Prefeitura de Blumenau em 1974, afirmando que pela sistemática vigente (valor adicionado), o município foi beneficiado com 23,7% a mais do que o arrecadado na Exatoria Estadual local. O Secretário deve ter sido mal informado por sua Assessoria, pois, boa parte do ICM recebido em 1974 foi fruto de retenções indevidamente feitas pelo Estado no ano de 1970 a 1973, no montante de Cr\$ 15.494.125,21, distribuídos aos municípios em inícios de 1974. Se houver interesse poderemos publicar na íntegra o ofício da Secretaria da Fazenda datado de 25 de janeiro de 1974, com o demonstrativo do ICM não transferido aos municípios no prazo hábil e retido indevidamente por 4 anos pelo Estado. Portanto, a alusão feita naquela entrevista é destituída de fundamento.

LEGISLAÇÃO NÃO PODE FERIR CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A proclamação de competência do Estado para legislar sobre ICM, sob pretexto algum pode ferir preceitos constitucionais, os quais reguardam o sagrado direito dos municípios em 20% na arrecadação do ICM, não permitindo, absolutamente, que o Estado:

a - lance mão de deduções para ressarcimento de despesas administrativas;

b - conceda incentivos calcado em mais de 80% do ICM arrecadado;

c - não realize as transferências do ICM no repasse do Governo Federal sobre as saídas de gado bovino;

d - cobre juros, multa e correção monetária sobre ICM pago em atraso, e não transferida ao município a parcela que a este lhe pertence.

Lamenta o Prefeito de Blumenau que a Secretaria da Fazenda Estadual no que se refere ao Decreto Lei no. 1216, não tenha acompanhado as diversas decisões do Supremo Tribunal Federal, proclamando que a parcela atribuída aos municípios pelo artigo 23, § 8, da Constituição Federal, não pode sofrer qualquer redução. Convia ficar mais atenta às diversas ações movidas por municípios paulistas contra a Fazenda Estadual, com ganho de causa no STF. Apenas para fazer prova, cita a decisão proferida no Agravo de Instrumento no. 55.989 (Revista Trimestral de Jurisprudência 64/639), interposto pelo Governo do Estado de São Paulo.

PREFEITURA DE BLUMENAU MOVERÁ UMA QUARTA AÇÃO CONTRA ESTADO

Além das 3 ações que já ingressaram na justiça contra a Fazenda Estadual, com o objetivo único de resguardar o direito do município de Blumenau na cota-parte do ICM, uma 4a. ação será movida para reaver importâncias cobradas pelo Estado a título de juros, multa e correção monetária sobre ICM pago em atraso. Quando o imposto não é pago no prazo de vencimento fixado pela legislação tributária. Entretanto, a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina não vem creditando aos municípios a parcela correspondente a esses acréscimos legais, na mesma proporção da do imposto. Tanto os juros de mora como as multas tem caráter de reparação e penalidade, assim conceituados pela legislação civil e penal e, por conseguinte, constituem acessório do principal. A correção monetária é parcela indissociável do ICM quando este for pago fora do prazo, após decorrido o período que enseja sua aplicação, conforme a Lei no. 4.357, de 16 de Julho de 1964. Portanto, se o Estado cobra esses acréscimos legais sobre o "bolo" no ICM em atraso, ou seja, sobre os 100%, cabe-lhe apenas reter os acréscimos relativos aos 80% de ICM que a Constituição lhe garante, devendo transferir aos municípios os acréscimos legais que incidam proporcionalmente sobre os 20% de ICM devidos aos municípios.

MUNICÍPIOS DO MDB, OS GRANDES SACRIFICADOS

No cômputo da arrecadação do ICM em Santa Catarina, em municípios administrados pelo MDB são responsáveis por aproximadamente 50% dessa arrecadação. No ano de 1975, só 3 municípios administrados pelo MDB que lideram a lista dos maiores arrecadadores (Joinville, Blumenau e Lages), eram responsáveis por nada menos que 33,95% da arrecadação global do ICM no Estado de Santa Catarina. São juntamente os municípios maiores os que estão sofrendo um processo acelerado de urbanização, onde a infraestrutura pública não tem conseguido acompanhar o ritmo das exigências comunitárias. Há uma demanda crescente, quantitativa e qualitativamente, de equipamentos e serviços públicos, e as receitas municipais já não conseguem suprir as necessidades, agravando-se muito mais nos últimos anos, com esta fase de inflação acelerada. Em síntese, lamenta o Prefeito Félix Theiss que pessoas investidas em altos postos do Governo de Santa Catarina desconheçam, não importa se intencionalmente ou não, matéria por demais discutida e que tanto tem merecido manifestações de doutrinadores, juristas, juízes, tribunais e, inclusive, autoridades administrativas de outros Estados da Federação. Por tudo isto, deduz-se o interesse virtual do Governo do Estado em prejudicar a arrecadação destes municípios, mesmo que firam preceitos constitucionais ou abalem a autonomia municipal.

Estado/iniciativa privada

dominam as áreas diretamente produtivas (com baixas relação capital/produto, isto é, baixo investimento por cruzado de produção), detendo 50,5 por cento do patrimônio líquido e recebendo 77 por cento do faturamento.

É fora de qualquer dúvida que o Brasil não teria mantido taxas de crescimento da ordem de 10 por cento, no período até 74, sem os maciços investimentos realizados pela Eletrobrás e seu sistema, Petrobrás, Telebrás e seu sistema, CVRD, DNER, etc.

2) Ocupa-se de áreas complementares e viabilizadoras da ação do setor privado, ao invés de envolver-se em atividades competitivas às deste último, que pode, então, responsabilizar-se por campos que demandam menor volume de investimentos, tem mais curto prazo de atuação e mais alta rentabilidade direta.

3) Evita a presença maciça da empresa estrangeira nas áreas de infraestrutura, pois sua saída desse campo teria de ser preenchida, em grande medida, pelo investimento externo. Passa, assim, a presença da empresa estatal, em tais áreas, a constituir elemento de equilíbrio do modelo, permitindo, inclusive, maior flexibilidade no tratamento do capital estrangeiro nos setores não básicos.

Em verdade, aquilo que, na prática, o governo está fazendo quanto à infraestrutura e mesmo do que lhe permite a constituição. Basta, para isso, ver o seu artigo 8º, já citado, que estabelece competir a união:

XI - Explorar, diretamente ou mediante autorização de concessão:

- a) os serviços de telecomunicações;
- b) os serviços e instalações de energia elétrica de qualquer origem ou natureza;
- c) a navegação aérea;
- d) as vias de transportes entre portos marítimos e fronteiras nacionais ou que transponham os limites de estado ou território.

Vários desses setores o governo está entregando, pelo menos em parte, a iniciativa privada, quando poderia desenvolvê-los diretamente.

Pode-se, a propósito, mencionar que esse papel do governo na infraestrutura, como elemento de suporte e dinamização da iniciativa privada, está reconhecido em vários documentos recentemente apresentados, sobre o assunto, por entidades de classe.

Nota-se, por exemplo, em um deles: "é, no caso específico de nações em desenvolvimento, que fazem a opção democrática, há necessidade de manter elevadas as taxas de desenvolvimento econômico e de criar condições para a iniciativa privada possa cumprir sua tarefa nesse processo, o que exige que o estado tenha papel fundamental no estabelecimento da infra-estrutura econômica, construindo estradas, portos, gerando energia e outras atividades básicas. Da mesma forma, aceita-se, também, que o estado atue no setor de prospecção, extração, produção e refino de petróleo, por razões de segurança nacional".

Provavelmente nenhum governo, como o atual, deu tantas e tão amplas provas de ser fiel ao propósito de fazer funcionar no Brasil uma economia de mercado.

Evitou, inclusive, na adaptação necessárias ao novo quadro mundial suscitado pela crise da energia, tratamento de choque, que iria atingir principalmente as empresas privadas.

Adotou inúmeras medidas para minimizar os efeitos da correção monetária sobre o equilíbrio financeiro das empresas, e sempre considerou as sugestões para retirar eventuais discriminações em favor de empresas estatais, cuja expansão tem procurado manter dentro da concepção apresentada (cobrança do imposto de renda sobre empresas governamentais, não utilização, pelas empresas estatais, do corrente ano, dos incentivos fiscais, etc.).

Para evitar distorções, com tendência à criação de empresas ou subsidiárias fora de controle, a nível federal, está sendo cumprida a determinação do senhor Presidente da República, sujeitando à prévia e expressa autorização da Presidência qualquer criação de subsidiária das empresas governamentais existentes, ou a execução, por estas, de projetos fora de sua área básica de atuação.

O Governo Federal está em articulação com os governos dos estados e, através destes, com as administrações municipais, principalmente das regiões metropolitanas, para que tomem a iniciativa de adotar esquema semelhante de controle. O próprio uso dos incentivos fiscais, na área fiscal e financeira, contribuirá para induzir uma atuação concertada, no âmbito nacional, nesse sentido.

Por outro lado, o governo tem continuado a orientação que, desde 1967, vem sendo adotada, de não aumentar alíquotas de impostos, sem abrir mão do equilíbrio orçamentário. Não são muitos os países, menos desenvolvidos, em que isso tem ocorrido. Lembrese, por exemplo, a dimensão do déficit orçamentário previsto para inúmeros países desenvolvidos no corrente ano (inclusive o dos Estados Unidos, na ordem de US\$ 76 bilhões).

O IPI foi eliminado dos produtos básicos (alimentos, medicamentos, etc.) e reduzido em quase todas as demais categorias, salvo artigos de luxo. Note-se que, em consequência, sua participação no total da receita caiu de 42 por cento em 1971 para 36 por

cento em 1975. O ICM teve sua alíquota reduzida de 17 por cento em 1970 para 14 por cento em 1976.

Poucos países apresentam um sistema de incentivos fiscais-regionais, setoriais e para projetos industriais - assim como financeiros, tão diversificado e poderoso. A verdade é que a empresa só paga, na prática, 46 por cento do imposto de renda devido, numa alíquota que não é aumentada há décadas. Isso sem falar nos incentivos à exportação.

Tais estímulos são necessários, no atual estágio. Mas é preciso registrar que o atual Governo só fez aumentá-los.

Ao lado das linhas de ação já expostas, faz-se indicado salientar a atuação que o governo continua exercendo em três campos que constituem formas indiretas de fortalecimento da empresa privada.

Primeiro, a execução indireta, de conformidade com a Lei da Reforma Administrativa (decreto-lei 200, de 1967).

A contratação de obras e serviços com o setor privado, mesmo em áreas de responsabilidade do setor público, na Administração Direta e Indireta, contém o avanço da máquina estatal, sem que o Governo abdique de funções que lhe são próprias, nas áreas econômicas e sociais.

Muito em particular, evita-se que órgãos e empresas governamentais tendam à proliferação de unidades para execução de obras, serviços de consultoria de engenharia, oficinas gráficas e outras atividades-meio cuja execução possa, sem inconveniente, ser transferida ao setor privado.

Em seguida, a privatização dos recursos públicos, pela crescente destinação ao setor privado, em geral sob a forma de financiamentos, de recursos provenientes de fundos constantes do orçamento federal.

Para o exercício de 1976, pode-se estimar que tais recursos orçamentários privatizados alcancem a ordem de, pelo menos, cerca de Cr\$ 19 bilhões (através do BNDE, Banco Central, Banco do Brasil, financiamentos do PIN e PROTERRA, SFAS, IOF, FINEX, PROAGRO, SUBSÍDIOS, etc.), além dos incentivos fiscais regionais e setoriais, na ordem de cerca de Cr\$ 7 bilhões.

Em terceiro lugar, o suprimento, ao menor custo possível, dos insumos industriais básicos produzidos por empresas governamentais: energia elétrica, aço, óleo combustível, óleo diesel, serviços de telecomunicações, etc.

Merece comentário, igualmente, a questão dos chamados fundos de poupança forçada.

É importante tomar claro que nenhum desses fundos - aliás, criados em governos anteriores, com aplausos, certamente, do setor privado - foi constituído através do estabelecimento de encargos adicionais sobre a empresa privada. Representam eles, em verdade, alternativas à cobrança de tributos, ou encargos.

O FGTS apenas substituiu, com enormes vantagens, o encargo anterior representado pelo Instituto da Estabilidade.

O PIS é custeado, em parte, com uma parcela do imposto de renda. A outra parte - contribuição da empresa - foi compensada pela redução simultânea do ICM (que depois, experimentou novos declínios), não havendo constituído ônus adicional para a empresa (salvo em situações muito especiais). Além disso, foi uma alternativa mais que válida para as idéias de participação nos lucros, consagradas na constituição.

O Fundo 157 é um Incentivo Fiscal, e não um ônus fiscal, representando instrumento útil de apoio à empresa privada na captação de recursos de capital.

Na mesma ordem de idéias, cabe referir a orientação que vem sendo adotada quanto ao setor financeiro.

O Banco do Brasil vem atuando dentro dos limites do orçamento monetário, e não em função dos depósitos captados. Isso evidencia não ser procedente dizer-se que, pela grande expansão dos depósitos, o Banco do Brasil tem condições de expandir-se mais que o sistema de bancos comerciais. E é sabido que, principalmente no apoio à agropecuária, o banco desempenha papel de grande significação.

A política de novas agências, para o Banco do Brasil, é para atender, em geral, a zonas pioneiras.

Está em estudo a conveniência de serem também objeto de repasse aos bancos privados alguns programas de crédito cujos agentes financeiros são, atualmente, apenas instituições oficiais.

Quanto aos bancos estaduais, a orientação é de, em geral, manter a sua expansão de agências dentro do território do próprio Estado.

Ao governo não parece indicado dar autorização para novas corretoras ou distribuidoras dos estados.

Vale a pena, por outro lado, esclarecer alguns pontos da orientação que vem adotando o governo, com relação a investimentos em setores como petroquímica, fertilizantes nitrogenados, "Trading Companies", mineração.

Nô caso da petroquímica, o modelo que se adotou, no polo do nordeste, foi e a petroquímica, que atua como órgão promotor e catalizador, tem maioria acionária apenas no projeto da central de matérias-primas e na central de utilidades (que exigem grandes

investimentos, na ordem de Cr\$ 5,3 bilhões, e tem baixa rentabilidade), garantindo, assim, o suprimento dos produtos básicos (eteno, etileno). Já nos projetos de segunda geração ("Downstream"), dessa forma viabilizados, ela participa apenas em caráter minoritário, devendo seu controle pertencer ao setor privado, preferencialmente nacional. Praticamente todos os projetos de segunda geração do polo da Bahia estão sob controle privado (e seu número chega a quase 30).

No caso do Polo do Sul, somente em caráter supletivo e em última escala de alternativa, deverá a sua subsidiária (COPESUL) participar dos projetos de segunda geração.

Esquema semelhante ao de Petroquímica se aplica a fertilizantes nitrogenados: a Petrofertil (que nada criou ou inovou, pois apenas participa dos projetos que já estavam na área da Petroquímica, no setor específico) cuida somente dos projetos relativos aos produtos básicos, amônia e uréia, enquanto os projetos utilizados ("Downstream") ficam a cargo da iniciativa privada.

No caso seguinte, a orientação estabelecida para a Interbrás e a COBEC (esta, aliás, com controle acionário do setor privado) e que exercem função pioneira, a primeira principalmente em relação a países do oriente médio e da área socialista, face ao poder de barganha que lhe é dado pelas compras de Petróleo da Petrobrás. Sua atuação não é destinada a áreas tradicionais.

No tocante a mineração, assinala-se, com relação a CPRM, que o governo, ao propor recentemente, ao congresso nacional, pequena mudança na sua legislação, manteve a filosofia básica que presidiu a sua criação, isto é: a CPRM se destina a fomentar a pesquisa de recursos minerais, mas não a executar projetos de lavra. A mudança que se propôs foi para dar-lhe flexibilidade: ao invés de ter de usar sempre a licitação pública para transferir ao setor privado os resultados de pesquisas feitas, pretende-se autorizar a CPRM a efetuar-lhe também através de negociação, como já fazem outras entidades de Governo.

Também cabe breve referência ao problema da eficiência da empresa governamental em relação a empresa privada.

A empresa governamental não é intrinsecamente eficiente, nem ineficiente. A revolução mostrou que empresas governamentais em setores básicos, realizando projetos gigantescos e com tecnologia sofisticada, podem ser eficientes a exemplo do sistema eletrobrás, da Embatel, Vale do Rio Doce, Petrobrás, dos Bancos Governamentais, etc.

É preciso verificar a atividade a que nos referimos e o tipo de administração de que se está dotando a empresa estatal, para poder dizer das suas condições de eficiência.

A verdade é que não se pode chegar a conclusões quanto a estaziar ou não determinado setor apenas em termos de eficiência importante, na opção por uma economia de mercado, considerado o interesse do desenvolvimento nacional, e o objetivo de descentralização das decisões e de liberdade econômica.

Consoante já indicado, pelo interesse havido, as sugestões dos órgãos de classe, e de muitas outras fontes, já foram recebidas em grande número, e, sem prejuízo do exame futuro de novas contribuições, foram analisadas em conjugação com idéias do próprio Governo, que, nas matérias, vem atuando constantemente.

É relevante salientar que o exame de tais proposições se baseiam em dois pressupostos: o de não criar, no país, um processo de desnacionalização, pois o que se objetiva é fortalecer o ponto mais fraco do tripe - a empresa privada nacional - e não aumentar a presença da empresa estrangeira em setores fundamentais, que se deseja sob controle nacional; e o de que se observe a divisão de trabalho, entre Governo e setor privado, estabelecida no II PND. O II PND deve ter o máximo de flexibilidade na execução, mas especialmente quanto aos aspectos quantitativos, de indicadores econômicos e sociais, e não quanto à doutrina econômica básica, que, inclusive, caracteriza o regime econômico impulsionado pela revolução.

Conquanto se trate de matéria a ser analisada globalmente, procurou-se que as sugestões concretas abrangessem três principais aspectos: o fortalecimento da empresa privada, principalmente nacional, com ênfase no problema maior, de sua capitalização; como auxiliar o setor privado a ocupar espaços vazios; e a restituição, à iniciativa particular de empresas que, eventualmente, não mais devam estar sob controle estatal.

No último aspecto, é evidente que essa restituição ao setor privado deve ser feita, nos casos específicos identificados para caracterizar uma orientação de política.

Mas não é af que reside a essência do problema.

A forma de efetivamente garantir que não se crie, no país, uma tendência à estabulação, contrária à filosofia do Governo, é dar força e vitalidade à empresa privada nacional, que antes de tudo, precisa de capitalização. Em outras palavras, o problema dos espaços vazios é, frequentemente, expressão da carência de recursos de risco, nas mãos das Empresas Privadas Nacionais.

Sem embargo desse posicionamento, conforme já salientado, não deseja o governo federal, diretamente ou pelas suas empresas, manter empresas que, eventualmente, estejam hoje, de forma inadequada - face à orientação definida -, sob seu controle.

Em nenhum momento se cogitou, ou poderia cogitar-se, de transferir, por qualquer forma, empresas que, notadamente nas áreas de infra-estrutura (Petrobrás, Eletrobrás e seu sistema, Telebrás e seu sistema, Companhia Vale do Rio Doce, Usiminas, CSN e COSIPA, etc.), estejam dentro dos campos definidos pelo PND como de responsabilidade, primordialmente, do setor público.

Sem embargo, em casos isolados, geralmente por motivos históricos ou ligados a situações de inadimplência de mutuários de financiamentos, existem empresas que, muitas vezes à revelia do próprio Governo, se encontram hoje em mãos de órgãos ou bancos governamentais. Em todo o repertório de análises recebidas, talvez se possa concluir que o número dessas empresas a serem desestabilizadas é pouco significativo (área de seguros, um ou outro caso de transportes, situações isoladas em algumas indústrias).

Sempre que viável, o governo deseja transferir tais empresas de volta, à iniciativa privada, desde que em condições aceitáveis, que não caracterizem favorecimento ou paternalismo, e exclusivamente a empresários nacionais.

O Governo Federal está em articulação com os Estados e Municípios, para que procedam da mesma forma.

No caso citado está o setor de seguros. O governo já se decidiu pela transformação da companhia federal de seguros em empresa especializada em seguro de crédito à exportação, mediante associação do Banco do Brasil (CACEX) com a iniciativa privada (Seguradoras e Bancos), preferencialmente com a maioria acionária do setor privado.

Outros casos, na sua alçada, e dentro da orientação definida, serão indicados pelo seu Governo Federal, inclusive pelos bancos oficiais.

No tocante aos outros dois aspectos mencionados, o governo conduz o assunto, principalmente, no sentido de medidas objetivas de apoio ao empresariado nacional, fortalecendo as empresas existentes, em particular numa hora de crise mundial; criando um modo empresarial adaptado às condições brasileiras, para a realização de projetos em setores prioritários, dando vez a pequena e média empresa.

Após a necessária consideração pelos diferentes níveis da administração, e aprovado, no âmbito do CDE, o seguinte elenco de medidas, destinadas a fortalecer a economia de mercado, n o Brasil:

1 - Para apoio a capitalização e ao financiamento a longo prazo da empresa nacional, assim como para ampliar-lhe as oportunidades na ocupação de espaços vazios:

1) Consolidação do mecanismo existente de viabilização de empreendimentos nacionais em setores prioritários, inclusive para execução de grandes projetos em bens de capital e insumos básicos, cujo núcleo principal está no BNDE e em suas subsidiárias (Finame, Embramec, Ibrasa, Fibas). Tal mecanismo será capaz de fazer aportes de capital (mediante ações preferenciais, sem direito a voto) e conceder financiamentos a prazo de até 12 a 15 anos, com período de carência de até 18 meses (mais frequentemente 10 meses) depois do início da operação do projeto.

Esse instrumental de financiamento (agora com correção monetária limitada a 20 por cento) e de capitalização está viabilizando, sob controle privado nacional, projetos de grande envergadura, com investimento total entre US\$ 100 milhões e US\$ 1 bilhão cada um, através de soluções novas, e com alto nível de risco, em setores de maior importância para que o Brasil, até 1980, alcance a auto-suficiência em insumos industriais básicos e confira maioridade a sua indústria de equipamentos. A solução duradoura de nosso problema de balanço de pagamentos está vitalmente ligada ao sucesso desse programa, que dará a empresa nacional, no atual estágio de substituição de importações uma relevância que ela não teve no processo anterior, nos anos 50.

Tal mecanismo se liga aos modelos empresariais de associações que tem sido desenvolvidos, dentro de diferentes esquemas, como sejam:

A) O chamado modelo dos terços: empresa privada nacional, empresa estrangeira, organismo governamental (ou suas variantes: 40 por cento, 40 por cento, 20 por cento, etc.);

B) Modelo aperfeiçoado, em que se dá o comando a empresa privada nacional, com apoio do sistema BNDE, para que ela escolha o sócio estrangeiro e negocie a participação deste;

C) Modelo da "Holding" (ou melhor dito da companhia de participação), em que diferentes empresas ou grupos nacionais formam uma empresa para realizar sua participação em um grande empreendimento, as vezes majoritariamente.

2) Criação de novos mecanismos para auxiliar a capitalização da empresa privada nacional (a exemplo da recente decisão do fundo PIS-PASEP de atuar como "UNDERWRITER" residual, no lançamento de ações de empresas) e fortalecer o mercado primário e secundário de ações.

Está-se procurando evitar que permaneça a tendência a uma excessiva atratividade, para os poupadores, dos títulos com correção monetária (cadernetas de poupança, títulos governamentais), e do investimento imobiliário. Os recentes aperfeiçoamentos introduzidos na forma de cálculo da correção monetária, sem quebra do seu princípio básico, caminham nesse sentido.

Atualmente prioritário, para a consolidação, no Brasil, de uma economia de mercado, é a mobilização da poupança, mais em direção ao investimento de mecanismos naturais de capitalização.

Também é relevante, na consolidação de uma economia poderosa, muitas vezes, ir além da concepção de empresa, estimulando a formação de grupos ou conglomerados, com

reconhecida idoneidade e capacidade empresarial.

Dentro dessa ordem de idéias, o próximo encaminhamento, ao Congresso Nacional, dos projetos da nova lei de sociedades anônimas e da lei de comissão de valores mobiliários estabelecerá condições básicas, no mercado de capitais, com o anjo do governo e de maior presença de investidores institucionais, favoráveis a um mercado de ações vigoroso e em expansão segura.

Os aspectos mais importantes do projeto da nova lei de sociedades anônimas são:

a) Dividido mínimo obrigatório, em função do lucro, consoante fixado nos estatutos da empresa; além de proteger a maioria, o dispositivo cria o efetivo interesse do investidor em voltar-se para o mercado de ações;

b) Correção monetária automática das demonstrações financeiras e do capital social;

c) Maior responsabilidade dos administradores e controladores perante os acionistas;

d) Organização jurídica dos conglomerados e consórcios de empresa.

Para dar partida numa nova sequência de decisões, utilizando o sistema financeiro privado, deverá criar-se, com recursos do BNDE e, eventualmente, de outras fontes, o Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional (PROCAP). Consistirá o programa, com recursos iniciais de Cr\$ 2 bilhões (sendo Cr\$ 1 bilhão no presente exercício), de repasse aos bancos privados de investimentos, dentro de critérios bem seletivos, a fim de que estes subscravam lançamentos de ações de empresas privadas nacionais, decorrentes de aumento de capital, obedecendo as normas e os limites definidos pelo Governo.

Com a preocupação de deixar mais campo para a iniciativa privada, no mercado de poupança, o Governo Federal não está utilizando as ORTN's para captar recursos do tesouro, uma vez que este não apresenta déficit, limitando-se a operações de mercado aberto para fins de controle da expansão monetária, e não para efeito de expansão dos recursos a sua disposição.

No tocante as cadernetas de poupança, será observada orientação de, progressivamente, diversificar parte dos recursos por elas captados, a fim de permitir que outros setores, além do de habitação, sejam assistidos pelo referido instrumento.

Ao lado disso, também se está adotando a política de, tanto quanto possível, como foi feito em 76, as empresas estatais se absterem de recorrer a poupança privada no mercado de capitais, através de aumentos de capital por chamada para subscrição em espécie.

3) Destinação, preponderantemente, ao setor privado, dos recursos de fundos de poupança geridos por órgãos oficiais (PIS-PASEP e FGTS, principalmente), assim como dos mecanismos de incentivos fiscais (SUDENE, SUDAM, CDD) e da ação financiadora dos bancos oficiais (Descentralização, ao máximo, de aplicação dos recursos do fundo PIS-PASEP).

No primeiro aspecto, notes-se, do seu orçamento de quase Cr\$ 40 bilhões no corrente exercício, o BNDE já irá destinar a projetos privados 90 por cento, isto é, cerca de Cr\$ 36 bilhões.

Quando ao segundo aspecto, tem-se falado de uma excessiva centralização da aplicação dos recursos do fundo PIS-PASEP, que é de responsabilidade do BNDE.

Primeiro, o BNDE está aplicando, no corrente ano, cerca de Cr\$ 18 a Cr\$ 20 bilhões através de agentes financeiros disseminados em todo o país (na Finame e no programa de operações conjuntas - POC, este voltado em 80 por cento das suas aplicações, para a pequena e média empresa industrial e comercial). Ora, isso é mais do que o total dos recursos pelo BNDE obtidos através do Fundo PIS-PASEP (que são estimados em Cr\$ 16 bilhões).

Em 1975, de um total de 12.190 operações do sistema BNDE/Finame, cerca de 11.900 foram realizadas através de repasses, e apenas 290 diretamente.

Sem embargo da alta participação da rede de agentes nas suas operações, o BNDE continua buscando novas formas de ampliar essa cooperação. Ainda recentemente, o banco, pela resolução 485, colocou-se no papel de "Stand-By Underwriter" para operações de emissões de capital, propostas por bancos de investimento ou sociedades corretoras.

Tanto no âmbito da Finame, quanto do POC, o BNDE, com vista a viabilizar a participação da área financeira privada em operações de dimensão superior a capacidade isolada de cada entidade, tem estimulado a formação de consórcios, de forma a que as instituições participantes possam dividir entre si os riscos da operação. Assim, é-lhes dada a oportunidade de realizar financiamentos de dimensões de prazos substancialmente superiores aos que vinham habitualmente efetuando.

O BNDE vem de admitir financiar, através da Finame, até 100 por cento do valor das operações relativas a compra de equipamentos pesados sob encomenda, dando a indústria nacional condições de crédito, em igualdade com a concorrência internacional.

Existem, por outro lado, um tipo de operações que, pelo menos por enquanto, ainda não podem ser descentralizadas. São os grandes, as vezes gigantescos projetos, com risco excessivamente elevado e exigindo, não raro, soluções especiais, não ortodoxas.

São essas as operações que o BNDE, na presente etapa, tem de realizar diretamente. Como já visto, é um número pequeno de projetos.

A análise do orçamento plurianual do BNDE indica que, ao lado dos recursos aplicáveis através de agentes, a ênfase fundamental está no apoio aos setores de insumos básicos, com cerca de 22 por cento de aplicações previstas, e com 45 por cento (incluindo a parcela reservada a Finame) reservados ao setor de máquinas e equipamentos pesados.

Os empreendimentos que o BNDE, por enquanto, se dispõe a financiar diretamente, quer no setor de matérias-primas básicas, quer na produção de equipamentos pesados, são de dimensões internacionais e exigem, para sua realização, não apenas recursos de grande vulto, ainda incompatíveis com o sistema de financiamento privado, mas também prazos bastante longos, que não se compatibilizam com as formas de captação em vigência entre bancos de investimento. São, em outras palavras, investimentos de longa maturação e, conseqüentemente, com retornos demasiadamente lentos, que, para se tornarem viáveis, exigem o apoio público, geralmente a custo subsidiado.

4) Adoção, principalmente pelos órgãos dos Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia, pelos BNDE, pela Sudene e Sudam, do procedimento de, uma vez identificada certa oportunidade de investimento - em indústrias básicas, mineração e outras onde existam espaços vazios -, procurar esgotar as possibilidades de para ela atrair o setor privado.

Para esse fim, poderá ser mobilizado o mecanismo de capitalização e financiamento já descrito, e poderão ser montados modelos empresariais na linha dos já apresentados.

Assim, a atitude geral, dentro do governo, é não apenas aceitar que, nas áreas definidas pelo PND e em outras situações que se apresentem, o setor privado possa ocupar espaços vazios, mas de assumir a iniciativa de tentar viabilizar, na prática, tal participação.

A experiência tem mostrado, em petroquímica, papel e celulose, bens de capital e outros setores às vezes com alta intensidade de capital, que em geral é possível mobilizar grupos privados, sempre que se assume tal atitude.

A sucessiva apresentação de casos concretos em que tal resultado haja sido obtido é a melhor forma de, objetivamente, evitar que haja incerteza, por parte da iniciativa privada, quanto à efetiva disposição do governo, de entregar certa área de expansão, principalmente nos campos já citados, à responsabilidade da empresa privada.

II - Para maior apoio a pequena e média empresa, industrial e comercial:

O Governo, por linhas de crédito especiais, por simplificação do tratamento tributário, pelo financiamento a longo prazo, através do BNDE, e por instrumentos de apoio a capacidade especial, como o CEBRAE e o PNTE, já vem tendo atuação especial na área da pequena e média empresa, industrial e comercial.

Sua disposição, entretanto, é de, por novos e importantes mecanismos, fazer bem mais ainda, particularmente nas áreas financeiras e fiscais.

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o MIC e outros órgãos governamentais já estão avançados em estudos que permitirão definir um programa especial de apoio a pequena e média empresa.

Será constituído grupo de trabalho que, em articulação com as principais entidades de classe, deverá propor ao governo o elenco de medidas destinadas a constituir aquele programa especial.

Para a elaboração do presente documento, como já foi dito, o Governo recorreu a ampla consulta às entidades de classe e ao setor privado em geral, dentro, aliás, da linha que sempre adotou, de contato contínuo com o empresariado nacional, institucional ou informalmente.

Ainda na forma dessa orientação, o Governo se dispõe a fazer funcionar um grupo de trabalho, com a participação do setor privado, do secretário-geral da Secretaria de Planejamento e de representantes dos ministérios da Fazenda, da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia. A função desse órgão de consulta será principalmente, apresentar sugestões concretas sobre formas de consolidar a posição da empresa privada nacional.

Está o Governo consciente da boa vontade e do espírito público que orientaram, em geral, as contribuições recebidas. Não ignora, por outro lado, que, no debate travado sobre o assunto, algumas vozes extremadas se fazem ouvir e até mesmo, aqui e ali, interesses pessoais ou motivações políticas.

Todo o exposto representa a posição governamental na procura de uma posição de equilíbrio e objetividade, ajustada às presentes circunstâncias do desenvolvimento e a filosofia econômica básica da revolução.

A verdade é que, mesmo nas nações industrializadas ocidentais, poucos são os casos de um esforço tão definido no sentido do impulsionamento da economia de mercado, através de medidas concretas e de um posicionamento firme do mais alto nível de governo.



Miss Brasil recebe Caderneta de Poupança da Habitasul

Ingrid Budag, Miss Brasil - 1975, recebeu uma caderneta de Poupança HABITASUL, no valor de Cr\$ 3.000,00, entregue pelo Gerente

da Agência de Blumenau, Dr. Flósculo Antônio Carvalho. A entrega da Caderneta de Poupança HABITASUL para a mais bela brasileira ocorreu na segunda-feira, em homenagem ao título que trouxe para Santa Catarina. Sua caderneta foi registrada como a quarta aberta na agência local.

O MOVIMENTO DA AGÊNCIA

Tão logo foram inauguradas as modernas instalações da HABITASUL Crédito Imobiliário S/A, em Blumenau

o movimento da agência mostrou-se bastante intenso,

concretizando assim os anseios do grupo em integrar-se à comunidade blumenauense.

A atividade pioneira da HABITASUL no setor imobiliário,

virá, realmente, suprir a carência de habitações em Blumenau, fato que pode ser evidenciado pela

grande procura de financiamentos para

construção de casa própria, além dos depósitos em caderneta de poupança e outros

serviços oferecidos pela organização.

Maneca quer dinamizar a vela. Mas não sabe como

A regata a vela em homenagem a Marinha de Guerra, em homenagem a Batalha do Riachuelo, disputada domingo na Baía Sul, com sede no Veleiros da Ilha e com a supervisão técnica da Federação de Vela e Motor de Santa Catarina; foi mais uma tentativa do late Clube de Santa Catarina para motivar este esporte, que, a cada dia que passa, mais dificuldade encontra para o seu desenvolvimento devido a uma série de problemas que nem mesmo os próprios velejadores e dirigentes sabem explicar, limitando-se a uma antiga frase: "vai melhorar". Mas também não dizem quando.

O Veleiros da Ilha é uma sociedade dotada de todas as condições para dinamizar a vela. Mas por outro lado, seus galpões concentram grande quantidade de barcos de várias Classes, praticamente inativas, deixando inclusive a impressão que, os nossos velejadores esqueceram que a cidade dispõe de duas excelentes bacias abrigadas favorecidas de excelentes ventos, motivo inclusive de muitos elogios pelos iatistas que aqui participaram de competições. Alfred Heilmann, presidente da FVMSC, limita-se a dizer que o papel da Federação é organizar os calendários mas que a realização das regatas depende exclusivamente do interesse dos clubes. Segundo a Comotória do Veleiros, competidores existem mas estes não demonstram muito interesse em participar das regatas organizadas pela sociedade, sendo poucos os atletas que tomam a iniciativa de descer com seus barcos na rampa, preferindo mantê-los nos galpões como figura decorativa.

O Comodoro Manoel Bernardo Alves não esconde a sua constante preocupação com o desenvolvimento da vela no âmbito do clube, mas nem ele mesmo sabe o que fazer para devolver aos velejadores a devida motivação. Recentemente o clube adquiriu uma embarcação dotada de todas as condições para uso da Comissão de Regatas na organização de competições, mesmo assim o desinteresse dos iatistas continua sendo flagrante, muito de-



Veleiros vai receber dois novos galpões em 90 dias

les fazendo vela apenas como recreação, esquecendo talvez o conceito que Santa Catarina dispõe no Brasil neste esporte.

Na competição realizada no domingo, muitos velejadores se ausentaram do clube sem nenhuma explicação, sem ter participado do almoço de confraternização que o Veleiros havia oferecido as autoridades e os iatistas e muito menos recebido os prêmios. O Comodoro Maneca Alves ficou seriamente magoado com a atitude desleal dos iatistas, enfatizando que o procedimento dos mesmos visa "esvasiar o clube e consequentemente a vela de Santa Catarina, desprestigiando também a iniciativa da Marinha que sempre colaborou com a vela na cidade. Isso é horrível. Por isso solicitei ao Almirante Marcelo Ramos e Silva entregar os prêmios, que por sinal são lindos, somente no 5o. Distrito Naval".

RESULTADO

A regata em homenagem a Batalha do Riachuelo contou com a presença de diversas autoridades no Veleiros da Ilha, apresentando os seguintes vencedores: **Classe Lightning** - 1o. Walmor Gomes Soares e em 2o. Joaquim Bello. **Classe Snipe** - 1o. Edmar Nunes Pires, 2o. Valmorzinho Soares e em 3o. Lauro Battistotti Filho; **Classe Hobie Cat** - 1o. Mario Gern Gilho, 2o. Carlos Leite e em 3o. Edson Altino Pereira; **Classe Optimist** - 1o. Tycho Brae Fernandes, 2o. Paulo Berenhauser e em 3o. Marcelo Ribas Pereira.



Maneca, um Comodoro com muitas idéias

NOVO GALPÃO

Além da sua preocupação com a dinamização da vela, o Comodoro Manoel Bernardo Alves demonstra uma acentuada preocupação com outros setores da sociedade, na parte social ou mesmo recreativa. Mas ressaltou que embora o clube disponha de uma condição financeira favorável, existe ainda problema de infra-estrutura, aliado a outros que ele inclusive procura manter em sigilo, que dificultam a concretização de uma série de planos em benefício do próprio clube, visando inclusive uma melhoria de nível esportivo, social e recreativo para o quadro associativo.

Mas além dos problemas que encontra na direção do clube, o Comodoro afirma que finalmente foi entendido e apoiado por uma série de associações importantes e agora poderá definitivamente

desenvolver uma de suas antigas aspirações, a construção de dois novos galpões, há muito reclamado pelos proprietários de lanchas e barcos. Em reunião realizada no clube, o presidente do Conselho Deliberativo, Aderbal Ramos da Silva, aprovou a localização e construção de dois galpões com área coberta medindo 750m² e com mil metros de área construída. O primeiro galpão, já iniciado, deverá estar pronto em 60 dias e para o segundo a previsão é para 90 dias.

Uma outra providência de Manoel Alves é a realização de um estudo oceanográfico da Baía Sul (estudo das correntes marítimas, ou seja a evolução da areia do atordo que desloca-se ao clube) para a localização da construção do molhe, através do engenheiro Ary Catani da Rosa, um profundo conhecedor deste trabalho.

Prova "Tv Cultura" vai reunir ciclistas brasileiros dia 27

No próximo dia 27, domingo, Florianópolis sediará a maior prova ciclística brasileira, após o Campeonato Nacional, numa promoção do Departamento de Ciclismo da Federação Atlética Catarinense - FAC, com patrocínio da TV Cultura, Bamerindus e supervisão da FAC. O local das competições será a Avenida Beira Mar Norte e subida do Morro da Cruz. A prova será dividida em duas etapas: a 2a. categoria, composta pelos corredores que possuem já alguma experiência mas não chegaram ainda à categoria principal, com início previsto para às 8 horas; nesta prova espera-se a participação de 40 ciclistas aproximadamente. Esta primeira prova tem um percurso de 30 km, com oito voltas ao circuito da Beira Mar Norte, sendo que o primeiro ciclista a perfazer a quarta volta receberá um prêmio, além dos demais oferecidos. Nesta etapa participarão representantes das mais diversas partes do Estado, bem como de Estados vizinhos.

A etapa principal da prova TV Cultura será disputada pela Primeira Categoria, ou seja pelos ciclistas de reconhecimento nacional. Esta prova terá um percurso de 80 km, perfazendo um total de 18 voltas no circuito da Avenida Beira Mar Norte, sendo porém na 10a. volta, alterado o circuito, dirigindo-se, os corredores, pelo Morro da Cruz até o canal da TV Cultura no topo do morro. O corredor que alcançar primeiro a 10a. volta receberá um prêmio, bem como o que alcançar um outro local a ser determinado no trajeto do Morro da Cruz. A 1a. categoria deverá ser muito disputada, haja vista que dela participarão ciclistas dos mais expressivos, como os campeões brasileiros, de 74 (João Batista Lício), 75 (Élvio, PR), e o de 76, o paulista Miguel Duarte, além de outros grandes corredores dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, e possivelmente Pernambuco e Paraíba. Por Santa Catarina correrá o campeão Milton Della Giustina, Aramis Gonçalves, Ruberli Rios, além de outros. As inscrições estão abertas na FAC, aos clubes filiados, não podendo participar como avulso. Os clubes podem fazer suas inscrições por correspondência endereçada à FAC, Avenida Hercílio Luz, em Florianópolis.

Para a equipe campeã da 2a. categoria será conferido o troféu "TV Cultura", e para o vice o troféu "Bamerindus" e para os 5 primeiros lugares medalhas e prêmios em valor. Para a 1a. categoria, o campeão individual receberá a taça "TV Cultura", e o 1o. colocado catarinense individual ganhará a taça "Bamerindus", medalhas e prêmios em valor até os cinco primeiros lugares.

Os ciclistas de Florianópolis vem treinando diariamente, inclusive no treino de ontem subiram o Morro da Cruz em apenas 12 minutos. A expectativa em torno desta prova tem sido grande, pois além de reunir o que de melhor existe no país em matéria de ciclismo, vai dar oportunidade de Santa Catarina tentar fazer um

Marquinho contratado por equipe italiana

Roma - O que poderá converter-se na "legião latino-americana" do basquete italiano tem agora também um jogador brasileiro. É o popular "Marquinho" contratado por uma equipe de Genova que ainda não tem nome oficial. Relembrando os bons tempos da "legião estrangeira" - mas bem sul-americana, do futebol italiano, esta "legião do basquete" deverá ser concretizada nos próximos dias com a contratação de mais cinco jogadores sul-americanos.

O licenciado, Marcus Abdalla Leite, apelidado "Marquinho" - 2,09m de altura - foi apresentado a imprensa de Genova com um ex-jogador do selecionado brasileiro. A média de Marquinho no campeonato dos Estados Unidos foi de 27 pontos. A equipe que orgulhosamente conseguiu contratar o jogador de legião latino-americana teve no ano passado o nome de Ausonia. O novo nome da equipe será batizado nos próximos dias.

Entretanto, os outros cinco sul-americanos cuja a chegada espera-se para serem submetidos a uma prova são Fernando Pratto, Norberto Draghi, Adolfo

Perazzo e Carlos Rafaelli, todos da Argentina, e Alberto Villa, do Uruguai.

Entretanto, Pratto será testado por Brill, de Cagliari, sendo que os restantes dos jogadores de basquete sul-americanos deverão ingressar em outras equipes italianas. Os melhores times italianos de basquete estão agora bem servidos com os elementos sul-americanos. A mudança radical na "política exterior" do basquete italiano foi devido a uma alteração no regulamento interno do esporte italiano de bola ao cesto.

A partir desta temporada, as equipes italianas, poderão manter mais um estrangeiro, além de outro jogador dos chamados "oriundos" ou seja de descendência italiana. Os cinco jogadores argentinos pelo menos tem nomes italianos, o que não é o caso de "Marquinho".



Aramis e Ruberli agora tranquilizados

bom resultado em cima do campeão brasileiro deste ano, o paulista Miguel Duarte. Como devem lembrar no Campeonato Brasileiro disputado recentemente em São Paulo, os representantes de Santa Catarina foram prejudicados por uma série de imprevistos, tais como a não chegada a tempo, para a 1a. prova, de Della Giustina que estava no México e a desistência desleal do Faez (preferiu participar de uma competição cidadã a representar Santa Catarina). "É a oportunidade de nossos ciclistas mostrarem quem é o melhor mesmo. Talvez por isto a competição vem atraindo a atenção dos desportistas, e de uma certa forma do público em geral, que sempre prestigia".

EQUIPE BESC

A equipe BESC de ciclismo está definitivamente organizada, uma iniciativa do Grupo Financeiro catarinense que está sendo alvo dos melhores elogios por parte dos esportistas de Florianópolis. Quê mais estava satisfeito no dia de ontem eram os ciclistas Ruberli Rios e Aramis Gonçalves, que no dia de hoje iniciam suas atividades profissionais naquele estabelecimento bancário, definindo desta forma a difícil situação que passavam os dois excelentes pedalistas. Ruberli e Aramis formam a equipe BESC juntamente com o internacional Milton Carlos Della Giustina que, juntamente com outros atletas compõem as categorias inferiores, fortalecerão o ciclismo de Florianópolis e consequentemente o de Santa Catarina.

Resultados da Rústica

Chapeco (Sucursal) - Com grande assistência presente na avenida Getúlio Vargas, foi disputado a primeira CORRIDA RÚSTICA DE CHAPECO, que contou com 66 participantes.

A corrida realizou-se sábado, às 17 horas, numa promoção da Comissão Municipal de Esportes e o Clube Esportivo e Recreativo Bertaso.

A classificação final foi a seguinte, com o tempo dos três primeiros classificados: 1o. lugar - Pedro Antonio Sartori, representante do 2o. Batalhão da Polícia Militar, que fez os 5 km em 17m01s. Em 2o. lugar, ficou Osvaldo A. de Jesus com 17m23s, representando também o 2o. Batalhão da PM; 3o. lugar, Mauro Cesar Vieira da Silva, com 17m59s, representando o Ginásio São Francisco; 4o. lugar, Felisberto Schmitz, representando o 2o. Batalhão da PM; 5o. lugar, Alcides Lourenço da Silva; 6o. lugar, Irad Francisco Schneider; 7o. lugar, Aniceto Gonzaga; 8o. lugar, Nelson Vazei; 9o. lugar, Ezequiel Lemos; 10o. lugar, Carlos Dalma.

Para o vencedor foi oferecido medalha de ouro, enquanto o 2o. e 3o. lugar receberam medalhas de prata e bronze respectivamente. Para os demais, foram entregues troféus.

SIDERÚRGICA SUL-CATARINENSE S/A SIDERSUL

CGC/MF 82 511 270/0001 - 21

AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Sociedade, à Rua Trajano no, 18, 4o. andar, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, os documentos a que se refere o Artigo 99, do Decreto Lei no, 2.627, de 26 de setembro de 1940, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1973.

Florianópolis, SC, 07 de junho de 1976

Dr. Alvaro Luiz Bocayuva Catão
Diretor Superintendente
Dr. Benedito Toledo dos Santos
Diretor Superintendente

ESCLARECIMENTO

De referência à Nota Oficial da Prefeitura Municipal de Florianópolis, publicada na edição de 4 do corrente deste Jornal, cumpre-me dizer, em desagravo ao Sr. Secretário de Obras e à Administração Municipal, que agi, no fato ali relatado, irrefletidamente, sob o impulso de forte tensão emocional, supondo, injustificadamente, discriminação contra a minha pessoa.

Não houvesse essa suposição, o respeito que me merece a autoridade pública e as próprias responsabilidades profissionais de que estou investido certamente teriam impedido a ocorrência do fato.

Florianópolis, 14 de junho de 1976.

Onaldo Pinto de Oliveira

Republicado por haver saído com incorreção.

SIDERÚRGICA SUL-CATARINENSE S/A SIDERSUL

CGC/MF 82 511 270/0001 - 21

AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Sociedade, à Rua Trajano no, 18, 4o. andar, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, os documentos a que se refere o Artigo 99, do Decreto Lei no, 2.627, de 26 de setembro de 1940, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1974.

Florianópolis, SC, 07 de junho de 1976

Dr. Alvaro Luiz Bocayuva Catão
Diretor Superintendente
Dr. Benedito Toledo dos Santos
Diretor Superintendente

SIDERÚRGICA SUL-CATARINENSE S/A SIDERSUL

CGC/MF 82 511 270/0001 - 21

AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Sociedade, à Rua Trajano no, 18, 4o. andar, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, os documentos a que se refere o Artigo 99, do Decreto Lei no, 2.627, de 26 de setembro de 1940, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1975.

Florianópolis, SC, 07 de junho de 1976.

Dr. Alvaro Luiz Bocayuva Catão
Diretor Superintendente
Dr. Benedito Toledo dos Santos
Diretor Superintendente

SALÕES

No coração do Centro Comercial. Aluga-se - Tratar pelo telefone

22-5414.

CEBRAE CEAG-SC

RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS

O CEAG/SC ESTÁ PREENCHENDO VAGAS EM SEU QUADRO TÉCNICO:

- 1 vaga Engenheiro Mecânico
- 1 vaga Técnico em Relações Industriais (Política pessoal)
- 1 vaga Técnico em Vendas
- 1 vaga Técnico em Custos Industriais

EXIGÊNCIAS MÍNIMAS

Curso Superior completo
Experiência prática comprovada

VANTAGENS OFERECIDAS

- Salário - mínimo de Cr\$ 6.700,00 podendo variar conforme a experiência
- Cobertura das despesas quando em viagens (diárias e transporte)
- Assistência Médica (Medsan)
- Rápida carreira no quadro técnico
- Treinamentos frequentes

Maiores informações pelos telefones: 22 4277 e 22 4734

Rua Esteves Júnior, 130 - Florianópolis (SC)

Lateral

Fernando Viegas surpreendeu muita gente ontem ao se manifestar favorável a uma virada de mesa, alegando não admitir o Figueirense fora do campeonato por questões de arrecadação. Falou sutilmente para Viegas, principalmente porque em anos passados foi justamente seu clube quem mais combateu o desrespeito ao regulamento do campeonato estadual.

Mas é aquela história, pimenta nos olhos dos outros é colírio.

É chato bater na mesma tecla, mas outra vez a Federação deixou tudo por conta dos clubes para a transferência de jogadores. Resultado disso é sempre muita confusão pois nem mesmo os interessados ficam sabendo direito quando vão jogar.

O deputado Antônio Pichetti levou um recado de Sérgio Lopes para São Miguel do Oeste, pedindo o empréstimo do ponteiro direito Carlinhos, aquele carequinha bom de bola. Problema é que o jogador não está mais no Guarani pois rescindiu contrato depois de casar, afirmando que não tinha mais interesse em continuar no futebol profissional.

Segunda-feira à noite houve reunião da diretoria da Chapecoense, oportunidade em que o presidente Gentil Galli ameaçou renunciar em virtude da situação atual do clube. Alguns conselheiros conseguiram convencê-lo do contrário. Mas a Chapecoense não está nada bem, deve muito e continua dispensando jogadores. Os últimos foram Marcos e Gerê, os próximos serão Miro e Pompéia.

E quanto ao Eluzardo, segundo a Federação um jogador fantasma, porque não existe nenhum documento seu na entidade, continua sendo escalado e ninguém diz nada. O que é pior, a Chapecoense permanece impune, como outros clubes que procederam de maneira semelhante.

A gozação já se espalhou pela Felipe e arredores. Os torcedores do Avaí estão convocando os do Figueirense para comparecerem no Orlando Scarpelli, juntando vozes contra o Palmeiras. Há quem diga que bandeiras do Figueira e do Avaí estarão juntas amanhã à tarde nas arquibancadas.

Tonho viajou ontem à tarde a Porto Alegre para incorporar-se ao juvenil do Internacional, ganhando 2 mil cruzeiros mensais até 31 de dezembro. Luis Carlos Bezerra, afirmou ontem que Lino, o ponteiro que Valter Barros foi buscar para o Avaí, pode chegar hoje para o Figueirense. Puxa daqui, puxa dali, acaba ninguém ficando com o jogador do Internacional.

Ontem Luis Antônio foi chamado num cantinho do vestiário por Bezerra, vice de futebol do Figueirense. O dirigente pediu ao jogador que pense mais um pouco antes de dar declarações como as de domingo ao microfone da Rádio Guarujá.

João Salum foi a Blumenau ontem acompanhado de Oswaldir Schweitzer e Horácio Gutierrez. Este, segundo boatos, futuro supervisor do Avaí no campeonato brasileiro.

A direção do Joinville alugou um ônibus para que todos os jogadores e demais componentes do departamento de futebol pudessem comparecer a Paranaguá, segunda-feira, no aniversário do supervisor João Lima, que completou 60 anos.

O Avaí ficou com Cr\$ 60.031,00 da renda do clássico e aproveitou para pagar atrasados de Aureo, Dacica, distribuir vales aos jogadores pelo salário de maio e pagar bichos das três últimas partidas. 250 cruzeiros pela vitória em Lages, 200 pela vitória sobre o Juventus de Jaraguá e 300 pelo clássico.

Em Blumenau, uma reunião que não decidiu nada

José Elias Giuliani levou presidentes de clubes e ligas para uma reunião ontem à noite em Blumenau, na sede da Liga Blumenauense sob o pretexto de decidir quem irá representar Santa Catarina no campeonato brasileiro.

Depois de três horas de discussões inócuas (a reunião começou às 20h30 e terminou às 23h30), os clubes chegaram à conclusão de que somente Figueirense e Avaí reúnem os requisitos exigidos pela CBD para que uma agremiação participe de um certame de envergadura do brasileiro.

Marcílio Dias, Juventus de Rio do Sul e Internacional, por possuírem

bons estádios, entusiasmaram-se com a idéia de participar do nacional.

Os debates chegaram a estes termos porque no dia seguinte Giuliani afirmou que a CBD deixaria a seu cargo o critério de indicação dos clubes catarinenses. O presidente da FCF afirmou que um dos representantes será o campeão de 1976, e o outro participará como convidado.

A maioria dos presidentes de clubes presentes, admite que uma equipe da capital será a campeã estadual. De acordo com o critério que Giuliani diz existir, a outra vaga poderia nesse caso pertencer até a um clube do interior. Só que, eles próprios ad-

mitiram que atualmente não estão em condições. Os presidentes de Marcílio, Juventus e Internacional decidiram assim, conversar com o Governador Konder Reis, na tentativa de conseguir um auxílio financeiro.

Até lá, segundo se prevê, o campeonato estadual continuará motivado e José Elias Giuliani em paz com os clubes do interior. Em cima da hora então, o presidente da FCF poderá confirmar o que todos já sabem, isto é, que as duas vagas pertencem a Figueirense e Avaí, únicos clubes em condições atualmente no futebol de Santa Catarina de enfrentarem um campeonato brasileiro.

Sérgio Lopes volta ao time em Palmitos

Sérgio Lopes na meia cancha, Afonso na ponta esquerda e Romeu no gol, serão as mudanças do Figueirense para enfrentar o Palmitos na quinta-feira à tarde no estádio da baixada.

As modificações foram explicadas pelo treinador ontem à tarde após o coletivo realizado no Orlando Scarpelli que definiu a equipe para o jogo de quinta. "Eu acho que nesta hora não existe escolha o time; precisa de mim e eu vou jogar. Até ontem antes do treino esta idéia não passava por minha cabeça mas quando o Dito Cola saiu machucado e como já tínhamos o problema do Luis Antônio, conversei com o Iberê e o Claudio e juntos decidimos que esta é a melhor solução. Quanto ao Afonso a dedução é fácil pois como não posso contar

com o Luis Antônio e necessito de um ataque mais ofensivo em virtude da obrigação que temos de vencer, ele entrará na ponta esquerda para dar mais agressividade".

A preocupação de Sérgio Lopes e da diretoria do Figueirense em chegar à classificação ficou ainda mais caracterizada ontem à tarde quando o vice-presidente de futebol, Luis Carlos Bezerra, compareceu ao vestiário antes dos treinamentos e fez um relato da situação do clube na tabela e solicitou o máximo empenho, inclusive oferecendo maiores prêmios por vitórias e empates. Em todos os jogos. Vitória fora de casa Cr\$ 500, cruzeiros, empate Cr\$ 250 cruzeiros; em casa, vitória Cr\$ 300 cruzeiros e empate Cr\$ 150 cruzeiros. Além do aumento dos bichos a di-



"Nesta hora não existe escolha. O time precisa de mim e eu vou jogar".

Marcílio Dias com medo do frio de Lages

Itajaí (Sucursal) — O Marcílio Dias realizou ontem o coletivo que serviu de apronto para a partida de amanhã à noite contra o Internacional, no estádio Vidal Ramos Júnior.

Rubens e Britinho serão os desfalques do Marcílio. O primeiro sofreu grave contusão e deverá ficar fora da equipe durante 20 dias e o segundo cumprirá suspensão automática por ter sido expulso no jogo em Tubarão.

O treinador Sombra ainda não definiu quem jogará na ponta direita mas provavelmente Dirmael será o substituto de Britinho. A equipe para o jogo de amanhã só será definida após os trabalhos de hoje à tarde, o mesmo acontecendo com a delegação que vai a Lages em ônibus especial amanhã no período da manhã.

O jogo de amanhã está sendo encarado com muita responsabilidade pelos jogadores do Marcílio, que acreditam ser essa a partida que vai definir a classificação da sua equipe, e já estão preparando-se para o problema que irão enfrentar considerado por muitos prejudicial. "O clima frio e a baixa temperatura poderão fazer nosso time cair um pouco mas a necessidade da vitória e o espírito de luta dos jogadores irão suplantar", disse Sombra.

Jairo é a dúvida do Inter para hoje

Lages (Sucursal) — O grande número de torcedores que compareceu ao estádio Vidal Ramos Júnior ontem à tarde para assistir os treinamentos do Internacional, foram obrigados a se dirigir ao estádio Vermelho, pois em cima da hora os trabalhos foram transferidos pela má condição do gramado do municipal.

Antes do treino, o técnico reuniu todos os jogadores no centro do gramado, onde solicitou todos que continuam atuando com o mesmo espírito de luta demonstrado nos dois últimos compromissos (Carlos Renaux e Juventus).

Jairo é o único problema e provavelmente não participa da partida de amanhã.

O jogador sofreu esturamento muscular e mesmo com o intensivo tratamento que vem fazendo não estará em condições. Loivo que preocupava foi poupado dos trabalhos de ontem mas tem presença garantida na partida.

Após o coletivo o treinador realizou trabalhos especiais para os goleiros e exigiu o máximo empenho de Miguel e Luis Fernando.

Eduardo que fez boa partida contra o Juventus (RS) será mantido e Paulinho que vinha sendo o titular durante todo o campeonato ficará no banco.

Mesmo com trabalhos marcados para hoje à tarde o treinador já escalou o time que enfrentará o Marcílio. Miguel; João Carlos, Di. Silveira e Eduardo; Loivo, Leocádio e Mug; Tonho, Nenê e Maciel.

Daltro tem problemas no Palmeiras

Blumenau (Sucursal) — A transferência da partida entre Avaí e Palmeiras para a quinta-feira próxima deu a Daltro Menezes a oportunidade de contar com mais um dia para definir a escalação da equipe já que muitos são os problemas no plantel. Daltro continua esperando a contratação de reforços para o time que vem mostrando maiores problemas no ataque, devendo hoje a direção do clube entrar em contato com Roberto Carlos, do Botafogo, e Osmarino do América, que tinham sido anunciados pela direção como prestes a chegar em Blumenau, na semana passada.

Entre os jogadores com problemas, os mais sérios são os do goleiro Vandair, com esturamento na coxa e fora da partida e de Jair, com princípio de pneumonia e acamado. Milton Braga está lesionado em um dos tornozelos mais poderá jogar, assim como Zé Maria, com dores de cabeça.

Daltro tem se preocupado com as constantes gripes dos jogadores de seu plantel, apontando a diferença de clima dos lugares de onde vieram alguns — exemplo de Carlos Antônio que veio do Rio e seguidamente está gripado — como a causa do problema que tem se repetido com os jogadores "KESTRANGEIROS". Ele acha Blumenau uma cidade fria e úmida.

No coletivo de hoje Aureo define mudanças

Apenas depois do coletivo da manhã de hoje é que o técnico Aureo definirá a equipe que joga amanhã à tarde com o Palmeiras. Ontem à tarde a partida foi transferida depois dos entendimentos entre as direções dos dois clubes, modificando a programação organizada pelo treinador, uma vez que surgiu a possibilidade de realizar um coletivo para tirar as dúvidas, além de dar mais tempo para a recuperação de Rogério. Se ele passar no teste de resistência durante o treino, será presença garantida. A vinda do ponteiro Lino e solução da Secretaria da Receita Federal de Brasília sobre o pedido do Avaí para emitir carnês, são as novidades de hoje no clube.

Ontem, ainda não sabendo se a partida de manhã estava confirmada ou não, os jogadores apenas trabalharam com Dacica pela manhã, ficando suspensos os trabalhos com bola programados para a tarde, já que Aureo entendeu que o gramado do Adolfo Konder estava muito pesado e seria perigoso realizar o treino. As atividades comandadas pelo preparador físico restringiram-se a uma maratona pela Beira Mar Norte e uma rápida sessão de exercícios. Às 19 horas estava marcado o início da concentração, no Hotel Valerim e só lá é que os jogadores foram comunicados da alteração das atividades.

Dos problemas de Aureo surgidos com as lesões de Rogério, Balduino e Danilo, apenas um parece que será solucionado sem alteração de jogadores. Rogério foi considerado pelo preparador como presença quase certa. Ontem ele participou normalmente dos trabalhos e só em caso de uma lesão manifestar-se novamente ele será ausência.

Entre os possíveis substitutos de Danilo, Rubens e Roberto, embora não tenha se definido, o treinador parece mais inclinado a lançar o primeiro. Ontem os dois foram exigidos a parte por Aureo. No lugar de Balduino,

Carlos e Lincoln são as mais prováveis opções do treinador, que também concentrará Luis Everton, e Renato Sá para a eventualidade de Rogério estar sem condições.

Moura poderá ser substituído por Souza, já recuperado e em suas melhores condições mas esta é uma alteração que o treinador só fará se for flagrante a melhor atuação de Souza no treino pois Aureo falou em não modificar a equipe nas posições que não houverem problemas.

DUAS CONTRATAÇÕES

Enquanto a equipe segue normalmente suas atividades, preocupando-se com a campanha do Estadual, os dirigentes do clube andam às voltas com reforços para a equipe. Os reforços do plantel estão relacionados com a entrada do Avaí no Nacional, embora os diretores neguem ser este o motivo e aleguem que as contratações acontecem por causa do Estadual.

Lino deve chegar hoje acompanhado de Walter Barros que foi a Porto Alegre para fechar o negócio com o Internacional e providenciar a documentação do jogador. O ponteiro deverá fazer dois contratos até o final do ano, tempo que estará emprestado ao Avaí, sendo um pelo tempo de duração do Estadual e o segundo com a duração do Campeonato Nacional.

La Barra é a outra possível contratação. O jogador que já vem treinando há mais de um mês no clube e a princípio foi considerado desnecessário por Aureo, estava para retornar ao Chile quando recebeu um comunicado da direção para que aguardasse mais uma semana. Acontece que o técnico acha que o zagueiro mostrou uma evolução considerável e está pensando se quer a sua contratação. Para o diretor de Futebol Oswaldir Schweitzer a contratação seria uma boa medida pois além de bom jogador, um estrangeiro no plantel representa uma certa promoção para o clube.

retoria comprometeu-se a pagar um prêmio de Cr\$ 1.500 cruzeiros pela classificação com um acréscimo das listas que estão correndo entre os torcedores.

Procurando incentivar e valorizar os jogadores, Luis Carlos Bezerra afirmou que ofereceu a Sérgio Lopes todos os reforços que o clube necessita, mas o treinador respondeu que está com um bom plantel e no momento não irá pedir nenhum outro jogador. Um dos que foram colocados à disposição de Sérgio Lopes é o ponteiro esquerdo Lino, pretendido também pelo Avaí. Ontem o vice-presidente de futebol disse que já foram mantidos contatos para a contratação do jogador e que hoje pela manhã sairá o resultado.

Esta partida não vale nada. Eluzardo joga

Chapecó (Sucursal) — Embora ocupando a sexta posição da chave "B", com apenas 12 pontos e sujeito ainda a perder dois deles no Tribunal de Justiça Desportiva, a Chapecoense deseja terminar bem sua participação no campeonato estadual. Partindo do princípio de que o importante é ganhar o jogo dentro do

campo, e não no "tapetão", novamente o jogador Eluzardo está escalado, o que quer dizer, que em caso de vitória, o Paysandu irá recorrer ao TJD e ganhar com tranquilidade dos pontos perdidos.

Como pouco está importando, para a Chapecoense, este jogo, embora a diretoria faça questão de afirmar exatamente ao contrário, o treinador Vasconcelos nem chegou a dirigir o

que não necessitava de qualquer reforço Sérgio disse após os treinamentos que Lino, se vier, será uma grande aquisição e que irá preencher uma lacuna no time do Figueirense que atualmente resseente-se na posição.

A delegação do Figueirense viajou ontem às 21 horas para Palmitos e hoje à tarde irá exercitar-se no estádio da baixada.

A preocupação do treinador em realizar trabalhos hoje à tarde em Palmitos, já que o time saiu definido, prende-se ainda a defensiva, onde pretende acertar as falhas que foram apresentadas no jogo contra o Avaí e que ontem nos treinamentos não foram sanadas.

Na delegação, além do time titular, Sérgio levou, Nilson, Vicente, Casagrande, Naninho, Daniel e Renato.

coletivo ontem, que serviu de apronto. O treinador foi para Brusque visitar familiares e esperar a delegação lá mesmo, ficando Mário José com a incumbência de orientar o treino e praticamente definir o time.

O jogo está marcado para às 20h45m. no estádio Cônsul Carlos Renaux, e Roldão Borja será o juiz, auxiliado nas laterais por Rui da Conceição e Oscar Jorge. As duas equipes estão escaladas assim: Paysandu — Benício; Reginaldo, Carlinhos, Moenda e Edinho; Alcides, Emilson e Vado; Sabará, Edson e Cacalo.

Chapecoense — Jair; Di, Almeida, Mário José e Ivan; Getúlio e Pio; João Carlos, Eluzardo, Volmir e Luiz Carlos. A delegação da Chapecoense viaja esta manhã, às 5 horas, direto para Brusque.

Juventus(JS) x Guarani

Juventus e Guarani jogam esta noite às 20h45m no estádio João Marcatto, em Jaraguá do Sul, com Dalmo Bozzano no apito e Leopoldo Paganelli Filho e Raul Duwe nas bandeiras. Ambas as equipes já estão sem chances de classificação e cumprem

apenas a tabela. Equipes: Juventus — Wilfried; Paranaguá, Juquinha, Pimentel e Chicão; Nilo, Gerson e Moacir; Vargas, Nelo e Al-dinho. Guarani — Joãozinho; Gessy, Antonio Carlos, Maçã e Valmir; Lindomar, Ico e Paraná; Tião, Sérgio e Nicanor.

Jornalistas Dilnei Torres e Norton Silva, industrial Luiz Claudio Faustino e Sr. Hécio Góes



O casal Lurdete Rogério Peressoni de Castro, as sras. Edson Gaidzinski, Alvaro Rocha e este colunista



Sra. Bemadete Guglielmi, Sra Paulo Moura Ferro e Sra. Hécio Góes



O industrial e Sra Edson Gaidzinski, Sra industrial Realdo Guglielmi e o colunista



Jornalistas Dilnei Torres e Norton Silva, industrial Luiz Claudio Faustino e Sr. Hécio Góes



O industrial e Sra. Realdo Guglielmi e o costureiro Lenzi

O industrial Ildo José Batistella, em sua recente visita a capital catarinense foi hospede no internacional Florianópolis Palace Hotel.

x-x-x
 Habitual, Crédito Imobiliário S/A, inaugurou sua agência na cidade de Blumenau. Após a solenidade, no Tabajara Tennis Clube, os diretores da Habitual, receberam convidados para um jantar.

x-x-x
 Dr. Olinger - Viaja hoje para Brasília onde será recebido por médicos Geriatria e amigos no Senado, o médico Nilton Olinger. Sábado, o Dr. Olinger em Brasília estará aplaudindo Miss Santa Catarina, no Concurso Miss Brasil.

x-x-x
 Cartão - Das elegantes Sras. Mariázzina Ramos e Sonowa Moura de Athenas, comentando sua viagem elaborada pela Turismo Holzmann, que será até o Egito.

x-x-x
 Super Pavone - Em Criciúma visitei a loja de calçados "Super Pavone" em companhia do jornalista Dilnei Torres, ocasião em que foi recebido pelo simpá-

tico casal proprietário daquele estabelecimento Sr. e Sra. Antônio Mazzuco.

x-x-x
 Arte - Castellane, o famoso pintor internacional, hoje abre sua exposição de arte, com coquetel no Clube Doze de Agosto.

x-x-x
 Dr. Sartori - O Grupo de médicos do Hospital São José, de Criciúma, homenageou o conceituado médico Olavo de Assis Sarto-

ri, com um jantar no Criciúma Clube, pela passagem de seu aniversário.

x-x-x
 Ao simpático casal Elvira e Paulo Bauer, da cidade de Itajaí, meus agradecimentos pela gentileza do cartão que aqui estou recebendo.

x-x-x
 A cerimônia da entrega de auxílio federal a 73 municípios catarinenses que sofreram prejuízos pelas en-

chentes, realizou-se no Tribunal de Contas do Estado. Esteve presente a cerimônia o vice-governador Marcos H. Buechler, secretário Albino Zeni e outras altas autoridades.

x-x-x
 Curso - Administração Tributária é o nome do curso que está sendo ministrado no Centro de Treinamento da Acaresc em Itacorobi. O curso está sendo patrocinado pela

Sudesul, Secretaria do Interior e Justiça e Universidade Federal de Santa Catarina.

x-x-x
 Iara e Edson - Em Criciúma sexta-feira participou de um coquetel na bela residência do elegante e simpático casal Iara e Edson Gaidzinski. Na ocasião, a diretoria do Criciúma Clube oficializou o convite a bonita Sra Gaidzinski, para ser madrinha das Debutan-

tes do Criciúma Clube, na noite de gala que se realizará dia 31 do próximo mês. A classe, simpatia e simplicidade do casal Gaidzinski, encantou os que lá estavam.

x-x-x
 Vantenor - Nossos cumprimentos ao bom partido Vantenor Gomes, pelo seu aniversário hoje. Logo mais o discutido moço da sociedade de Criciúma, estará recebendo convidados

para um jantar, no Criciúma Clube.

x-x-x
 Viagem - No Galeão, embarcou anteontem para os Estados Unidos onde ficará apenas 5 dias, o industrial Realdo Guglielmi.

x-x-x
 Jantar - O elegante casal da sociedade de Criciúma Lurdete e José Rogério Peressoni de Castro, em sua residência recebeu amigos para um jantar. Foi uma parada de elegância, beleza e classe o movimentado jantar do casal Peressoni de Castro. Lá, estavam: Realdo Guglielmi e sua bonita mulher, industrial e Sra. Edson Gaidzinski, Dr. Lúcio Stopazzoli, Dr. Alvaro Rocha e Sra. Sr e Sra Dr. Paulo de Moura Ferro, Sra Ernestina P. de Castro, Dr. Hécio Dilnei Torres, Costureiro Lenzi, Sr e Sra Admar Costa, Dr. Joacy Casagrande Paula, Zuleide Jayro de Oliveira, Jornalista Norton Silva, Edna Beneditte, Vantenor Gomes, Sr. e Sra. Walderley Jorge, Luiz Cláudio Faustino.

x-x-x
 Quem esteve de aniversário sábado, foi o Dr. Alvaro Vieira Rocha. Em sua residência em Criciúma, o simpático casal Vieira Rocha recebeu amigos para comemorar a data.

x-x-x
 Dilnei Torres, está nos informando que agora está dirigindo o restaurante do Mampituba Clube, localizado bem no centro da Capital do Carvão.

x-x-x
 Emília Vidalum bonito broto de nossa sociedade, está bastante preocupada com sua festa de aniversário que se realizará em setembro.

x-x-x
 O Prefeito do Balneário Camboriú Sr. Gilberto Américo Marinho, está organizando com uma comissão, a programação alusiva a 120. aniversário de Emancipação política do badalado Balneário Camboriú.

x-x-x

LAJE PRÉ-MOLDADA TAPUIA MELHORAMENTOS

PARA FORRO E PISO

Consultem-nos
 (0482) 22-6500

Maior rapidez • Economia de 30% • Entrega imediata • Qualquer quantidade • Atendemos todo o estado com assistência técnica

22-6290

REG. CREA. N.º 5.175 - 10.ª Região

22-4235

VENDAS - Rua Emilio Blum, 27 - Florianópolis - SC

22-4002

EDITAL
TOMADA DE PREÇOS PARA
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS
No. 1/76 - F.P.N.

A ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, por delegação da EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL - PORTOBRÁS - faz saber aos interessados que, no edifício da Administração acha-se à sua disposição o ATO CONVOCATÓRIO no. 1/76 para tomada de preços referentes à aquisição de duas (2) PÁS CARREGADEIRAS, equipadas com câmbio especial para operar com cereais.

O prazo para a apresentação das propostas será de quinze (15) dias, a contar do dia dezoito (18) do corrente, consoante as especificações técnicas e instruções relativas a esse Ato convocatório, que deverão ser procurados no edifício da APSFS sito à Avenida Engenheiro Leite Ribeiro, no. 782.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 1976.

OSMARI CORRÊA DA COSTA
 Chefe da Div. de Administração

VISTO
 Alte. ERNANI JAYME LIMA
 Superintendente

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SECRETARIA DA AGRICULTURA
CAMPANHA DE COMBATE À FEBRE AFTOSA
CAFASC
SELEÇÃO DE PESSOAL

No período de 21/6 a 02/7/76, estarão abertas as inscrições para realização de provas para seleção de Auxiliares Administrativos que serão contratados para a Campanha de Combate à Febre Aftosa (CAFASC), sob regime CLT, com o salário mensal de Cr\$ 1.425,60 (hum mil quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros e sessenta centavos), nos municípios de Chapécó, Tubarão, Lages, Herval D'Oeste, Florianópolis, Blumenau e Mafra. Para os municípios acima citados, é indispensável, que o candidato tenha disponibilidade para viajar dentro da região.

Com o salário mensal de Cr\$ 712,80 (setecentos e doze cruzeiros e oitenta centavos), nos municípios de Caçador, Tangará, São Bento do Sul, Mafra, Jaraguá do Sul, Garuva, Taió, Timbó, Imbituba, Tubarão, Bom Retiro, Alfredo Wagner, Urubici e Itajaí.

Constarão da seleção, provas de Redação, Datilografia, Português, Matemática e Conhecimentos Geras, que serão realizadas no dia 11 de julho do corrente ano. Serão inscritos candidatos de ambos os sexos, com idade entre 18 a 50 anos.

- Documentos exigidos:
 - Carteira de Reservista (para os candidatos do sexo masculino)
 - Título de eleitor

Maiores informações poderão ser obtidas nos escritórios da CAFASC nos municípios acima relacionados.
 Florianópolis, junho de 1976.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CAMPANHA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO SCOLAR

AVISO COMUNICAÇÃO

A Comissão de Licitação da Coordenação Regional da CNAE no Estado de Santa Catarina, avisa aos interessados, que fica adiada para dia 18 de junho de 1976, às 15 horas, a Tomada de Preços FNDE/CNAE/COOR/No. 05/76, anteriormente marcada para o dia 17/06/76.

Florianópolis, 14 de junho de 1976.
ÉZIO RUTKOSKY
 PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONVITE

A. GONZAGA S/A CONSTRUTORA, estabelecida à Rua Arcipreste Paiva, 11, nest capital, convida as pessoas abaixo relacionadas a comparecerem ao Departamento Jurídico, 4o. andar, sala 408, do endereço epígrafado, no horário comercial, até o dia 05/07/76, para tratar de assunto de seu interesse:

1. ANGEL I R GOYEN SALGADO
2. ITAMAR KUHNEN
3. JOÃO CARLOS C. BERNARDES
4. JOSÉ ROBERTO N. BASSOA
5. PAULO ODIR CASARIN
6. SÉRGIO PAULO ALVES DE MELLO
7. VALTER AUGUSTO BRESSAN
8. YRNO ANTÔNIO DADALT
9. JORGE MIBIELLI BARBARA
10. ARNO HERCÍLIO TEICHAM

Florianópolis, 14 de junho de 1976
 A. GONZAGA S/A, CONSTRUTORA

SOCIEDADE HARMONIA LYRA
JOINVILLE - SANTA CATARINA

BAILE OFICIAL DE DEBUTANTES

Comunicamos que acham-se à disposição em nossa Secretaria, à rua XV de Novembro no. 485, as Fichas de Inscrição de Debutantes para o nosso Baile Oficial, a realizar-se no próximo dia 28 de agosto, e cujo prazo de inscrição encerra no dia 15 de julho.

A DIRETORIA

VOCÊ VAI A CURITIBA OU AO RIO DE JANEIRO?

HORÁRIOS / FPOLIS

para Curitiba	para Rio de Janeiro
6:00	14:00
10:25	16:00
12:30	
18:00	
24:00	

EM ÔNIBUS LEITO E CONVENCIONAL

Aproveite para conhecer e desfrutar do conforto e da comodidade dos novos ônibus da PENHA...

PORTO ALEGRE - FLORIANÓPOLIS - CURITIBA
 SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO - BELO HORIZONTE - BRASÍLIA - VITÓRIA - SALVADOR - SANTOS - JOINVILLE

SÃO FRANCISCO DO SUL - JARAGUÁ DO SUL - ITAJAI - BLUMENAU - RIO DO SUL - LAGES - VACARIA - CAIXAS DO SUL - NOVO HAMBURGO - TORRES - SÃO LEOPOLDO

Tudo isso para que você se sinta como se estivesse em sua casa.

PENHA

